

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CARINA KUNZE ROSA

EDUCOMUNICAÇÃO E ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

PORTO ALEGRE

2016

Carina Kunze Rosa

EDUCOMUNICAÇÃO E ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciado em Ciências Sociais, pelo Curso
de Ciências Sociais da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Orientadora: Prof.^a Rosimeri Aquino da Silva

Porto Alegre
2016

*Dedicado a Iole Carretta Kunze, referência
como socióloga, exemplo de cidadã e tia
amorosa.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, da qual muito me orgulho, principalmente meus irmãos e minha mãe, Carla Carretta Kunze, minha orientadora na vida e coorientadora neste trabalho.

Ao meu querido companheiro, Vinícius Borges Braun, por toda força, apoio, amor e café, sem os quais esta produção não seria possível.

A meus professores, importantes referências na minha formação, especialmente às professoras Cinara Lerrer Rosenfield, pelos anos de pesquisa junto ao GTeR no IFCH, e Marie Jane Soares Carvalho, da FAGED, pela oportunidade de aprendizagem, principalmente junto ao seu grupo de orientandas.

A todos os meus colegas de curso e companheiros de ideal que compartilharam comigo esta jornada e com quem aprendi imensamente.

*Ser professor e não lutar é uma
contradição pedagógica.*

PAULO FREIRE

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre algumas das práticas pedagógicas que desenvolvemos no curso de Licenciatura em Ciências Sociais e as possíveis similaridades entre conteúdos e didática propostos pela Educomunicação e pela disciplina de Sociologia no Ensino Médio. Analisando algumas atividades vivenciadas na formação do professor, principalmente os de Sociologia e Educomunicação, em relação à didática e conteúdo, apresento uma tentativa de aproximação entre as práticas docentes das duas áreas, baseada nas novas relações sociais que vivenciamos hoje no paradigma tecnológico e em sua influência na prática do professor no ensino escolar. Observamos as relações que se estabelecem entre o fazer educativo das Ciências Sociais com o campo da Educomunicação do ponto de vista da interdisciplinaridade, no que se refere a semelhanças de objeto de estudo, método e práticas educativas comuns e alinhamento político pedagógico. Objetivos educacionais semelhantes, como constituição de capacidade de leitura e criação crítica de comunicação, construção de saber científico através de métodos de pesquisa quantitativa ou qualitativa e uso de ferramentas educacionais, como ambientes virtuais e outras tecnologias de comunicação e informação, além da produção de conteúdo como aprendizagem de um saber profissional. Ambas as áreas fomentam a produção de conhecimento pelos estudantes, construção do conhecimento a partir dos seus olhares, levando-os a conhecer um pouco melhor o mundo ao seu redor e a ter voz ativa, informando, comunicando, ouvindo e participando dele, com o objetivo de torná-los mais cidadãos e sujeitos mais engajados no próprio processo educativo.

Palavras-chave: Educomunicação. Sociologia. Interdisciplinaridade. Ensino Médio.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Prova Brasil 2011 – Questionário Estudante: Escolaridade da mãe.....	22
Figura 2 – Prova Brasil 2011 – Questionário Estudante: Escolaridade do pai.....	22
Figura 3 – Prova Brasil 2011 – Questionário Estudante: Frequência de leitura de livros.....	23
Figura 4 – Prova Brasil 2011 – Questionário Estudante: Frequência de leitura de <i>sites</i>	23
Figura 5 – Prova Brasil 2011 – Questionário Estudante: Tempo gasto com televisão, internet e jogos eletrônicos	24
Figura 6 – Prova Brasil 2011 – Questionário Professor: uso de computador.....	26
Figura 7 – Prova Brasil 2011 – Questionário Professor: uso de internet	27
Figura 8 – História em quadrinhos.....	31
Figura 9 – Razões para evasão escolar segundo os alunos.....	37
Figura 10 – Fatores que influenciam a violência.....	37
Figura 11 – Mapa conceitual.....	43
Figura 12 – Pesquisa uso de TICs.....	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Área de Formação dos Docentes de Sociologia no Brasil – 2014.....	12
Gráfico 2 – Curso Superior dos Docentes de Sociologia no Brasil 2014.....	13
Gráfico 3 – Curso Superior dos Docentes de Sociologia no RS 2014.....	14
Gráfico 4 – Onde estudantes têm acesso à internet.....	44
Gráfico 5 – Tempo que passam conectado diariamente.....	45
Gráfico 6 – Acesso às redes sociais através do telefone celular.....	45
Gráfico 7 – Favorável à proibição do uso de aparelhos celulares durante a aula por atrapalhar a concentração?.....	46
Gráfico 8 – Quantos livros você lê por ano.....	46
Gráfico 9 – Confusão por uso de linguagem virtual (ex:"vc", "tbn", "hj").....	47
Gráfico 10 – Sites que costumam utilizar quando faz pesquisas na internet.....	47
Gráfico 11 – Verifica se informação retirada da internet é confiável.....	48

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO NO BRASIL.....	10
2.1	DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA: PROFESSOR, DIDÁTICA E CONTEÚDO.....	14
2.2	EDUCOMUNICAÇÃO.....	20
3	APROXIMAÇÕES ENTRE SOCIOLOGIA E EDUCOMUNICAÇÃO.....	28
3.1	SOCIOLOGIA DO BAIRRO.....	29
3.2	PESQUISA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA.....	31
3.3	PROJETOS DE APRENDIZAGENS EM AMBIENTES DIGITAIS.....	42
3.4	RELATOS DO ESTÁGIO DOCENTE:.....	53
3.5	RELATOS DE EXPERIÊNCIA DOCENTE.....	56
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73
	APÊNDICE 1.....	79
	APÊNDICE 2.....	80

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre algumas das práticas pedagógicas que desenvolvemos na licenciatura em Ciências Sociais e as possíveis semelhanças entre os conteúdos e a didática propostos pela educomunicação e pela disciplina de sociologia no Ensino Médio.

Durante esse período de formação, fomos preparados para construir os conteúdos programáticos que devem ser tratados com os alunos, principalmente do Ensino Médio, durante as aulas de sociologia. Porém, mais do que isso, realizamos uma profunda e diversificada reflexão acerca da função do magistério na nossa sociedade e, principalmente, sobre o papel social que o ensino de Ciências Sociais cumpriu no passado e cumpre hoje na Educação Básica.

Esta etapa nos proporcionou, enquanto alunos-estagiários que vivem o difícil momento da transição entre a discência e a docência, uma base bastante rica sobre a qual apresentamo-nos hoje para a vivência do chão da escola, contribuindo para nossa concepção da profissão e nossa capacidade de compreensão da realidade da educação, principalmente a pública, no Brasil.

Assim, nesta pesquisa, trago uma reflexão sobre a formação de professores na área de sociologia e de educomunicação em uma tentativa de aproximar as práticas docentes de ambos os campos, baseada nas novas relações sociais que vivemos em função das mudanças geradas pelo paradigma tecnológico vigente e sua influência na prática do professor no ensino escolar.

Após, apresento, para demonstração e análise dessas interlocuções, algumas vivências de atividades educacionais que desenvolvi durante o curso, observando as relações que se estabelecem entre o fazer educativo da sociologia e da educomunicação.

Entendo que a docência contribui fundamentalmente para a construção de um futuro melhor e que mudanças são necessárias, vista a permanência de desigualdades na sociedade brasileira. Assim, esta é uma profissão privilegiada, já que o ambiente escolar é um dos primeiros e mais importantes espaços de socialização dos indivíduos e um espaço temporal importante em que os jovens constituem identidade, a cidadania e sua própria forma de enxergar o mundo.

2 SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

A história dos altos e baixos da constituição da sociologia enquanto ciência e enquanto disciplina na educação é um exemplo de como a sociedade brasileira está pautada por valores e interesses das classes dominantes que ordenam a dinâmica social e, principalmente, de como a luta pode conquistar mudanças. Foram dois séculos de disputa pela consolidação e autonomia desta disciplina no currículo escolar, já que seu desenho e conteúdos no Ensino Médio sempre dependeram do contexto político e da correlação de forças dos agentes envolvidos na conjuntura de cada época.

Desde o final de século 19, as respostas religiosas e metafísicas não satisfaziam mais as curiosidades das sociedades ocidentais e as teorias sociológicas já começavam a basear os discursos políticos. Institucionalmente, no Brasil, a disciplina de sociologia e a formação na área da sociologia iniciaram-se por volta de 1925, com obrigatoriedade no Ensino Normal e Secundário. Os pensadores e pesquisadores de outras áreas que começavam a produzir conhecimento sociológico no Brasil passaram a tentar sistematizá-lo e utilizá-lo na educação de sociólogos, criando diversos manuais que contribuíram posteriormente para a produção científica nos campos da Sociologia, Antropologia e Ciência Política. De 1942 a 1964, houve uma inflexão da sociologia nas escolas, em função de visões políticas autoritárias, mas houve aumento nas áreas de pesquisa e produção científica, um importante período de formação de uma comunidade sociológica. Durante a ditadura militar, a disciplina nas escolas foi substituída por Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira. Este foi um período de expansão do capitalismo no Brasil, de urbanização e forte industrialização e, portanto, de mudanças nas relações sociais.

Depois de 1980, ocorre um novo período de inclusão da sociologia no Ensino Médio, principalmente após a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, que defendia uma reestruturação curricular para adequar os conteúdos a uma nova sociedade democrática. Apesar disso, há críticas à defesa que o documento faz do ensino profissionalizante e tecnicista, entre outros discursos presentes que são considerados representantes de uma concepção liberal de educação e que também se refletem nos Parâmetros Nacionais Curriculares de 98 e nas Orientações Nacionais Curriculares emitidas pelos governos. Demerval Saviani (1998) e Amaury (2003) falam sobre qual o tipo de educação que se quer ver impressa nestes documentos, criticando-os por tentarem diluir os debates sociológicos nas outras disciplinas, não atingindo a função de formação de consciência crítica.

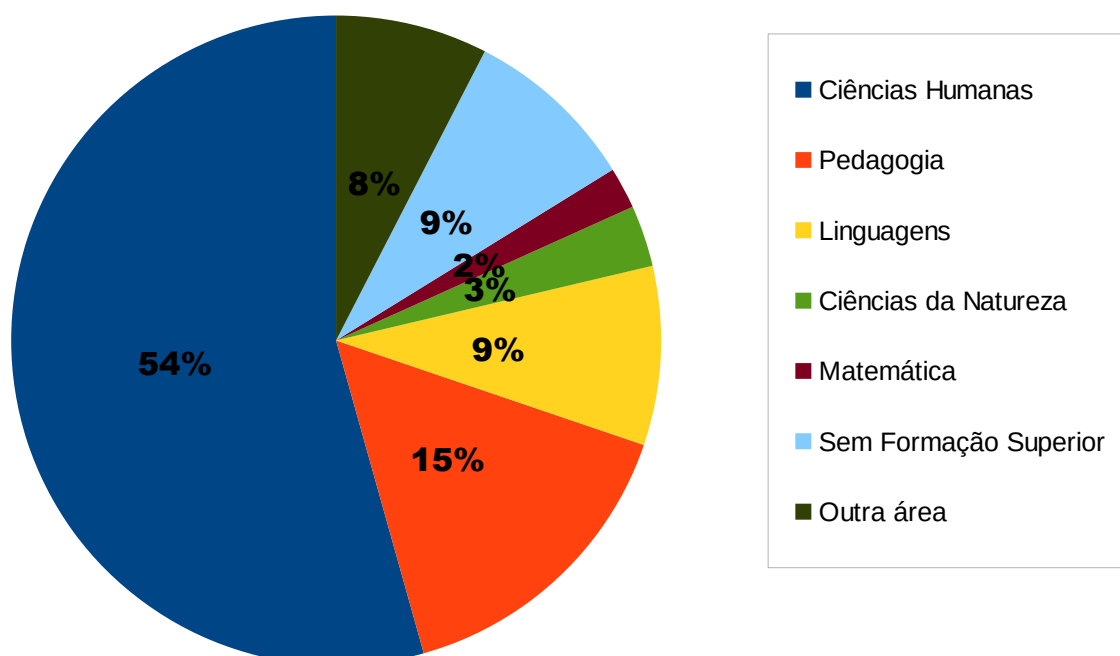
Desde a ditadura militar, a área da Sociologia esteve dividida entre a pesquisa e a educação, trabalhando separadamente, como critica Ileizi (2010). Há uma descontinuidade dos saberes, já que o ensino na Educação Básica passou por tantas mudanças através do tempo e das conjunturas político-sociais. Até mesmo na universidade, há uma separação bastante marcada entre a formação nas habilitações licenciatura e bacharelado, uma distinção desnecessária entre teoria e prática que impossibilita, por exemplo, a devida investigação sobre a influência das Ciências Sociais na Educação Básica, a fim de termos um melhor reconhecimento do contexto histórico da disciplina, socioeconomicamente, seus atores e autores, o campo de pesquisa, os métodos, conteúdos, currículos, entre outros aspectos.

Somente em 2006, a disciplina vai aparecer como presente de fato na grade do Ensino Médio, mas não de forma obrigatória, o que ocorre somente com a Lei 11684, de 2008, e as Diretrizes Curriculares, de 2012. A lei que determinou a obrigatoriedade das duas matérias, filosofia e sociologia, no currículo do Ensino Médio foi sancionada em 2008 pelo então presidente em exercício José de Alencar, durante o governo do presidente Lula. A obrigatoriedade desta disciplina nos três anos do Ensino Médio foi estabelecida através da alteração do art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O novo texto determina não mais que estudante apresente conhecimentos de sociologia ao término do Ensino Médio, mas que esta disciplina seja lecionada em todos os anos de tal curso.

No Rio Grande do Sul, todas as escolas que oferecem somente o currículo do Ensino Médio Politécnico têm aulas de sociologia e filosofia, mas, no restante das escolas que possuem também ou somente Ensino Médio Normal e/ou Educação Profissional Integrada, apenas 1/3 oferecem aulas de sociologia. (DEPLAN/SEDUC/RS, 2011).

Apesar de as redes de ensino terem de se adequar para que todos os alunos sejam ensinados por professores de sociologia que tenham formação em Ciências Sociais, as áreas de formação dos docentes são bastante diversas, como mostra o gráfico 1.

Gráfico 1 – Área de Formação dos Docentes de Sociologia no Brasil – 2014



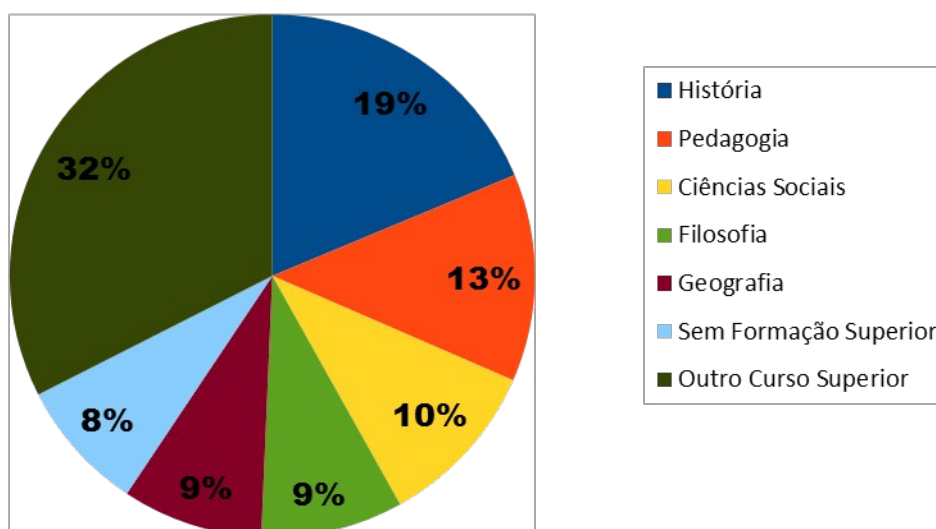
De acordo com os dados do INEP retirados da plataforma CultivEduca, no gráfico acima, subdividi os docentes a partir das suas áreas de formação superior, que abrangem: Ciências Humanas, na qual se enquadram as formações em licenciatura e bacharelado nos cursos de história, ciências sociais, sociologia, geografia e filosofia, ciência política, antropologia, relações internacionais, museologia, biblioteconomia, arqueologia, arquivologia, museografia, comércio exterior e direito, somando 28.272 docentes. Interessante observar que destes, 458 são formados em direito; Pedagogia, área que inclui docentes formados em Pedagogia, Processos escolares, Educação Profissional, Licenciatura Intercultural Indígena e Licenciatura Interdisciplinar em Educação no Campo, somando 7.893 professores; A área de Linguagens, que abrange bacharelado e licenciatura em Letras, Português, Língua Estrangeira e Libras, somando 3.732 docentes, mais os docentes formados em Artes, bacharelado e licenciatura em Artes Visuais, Música, Dança, Design, Teatro e Moda (334 docentes) e Educação Física (494 docentes), totalizando 4.560 docentes na área; A área das Ciências Naturais, que contempla formação em Química, Física e Biologia, licenciatura e bacharelado, além de docentes formados nos cursos de Agronomia, Ciências Naturais, Ciência

da Terra, Geologia, Processos Ambientais, Gestão Ambiental, Tecnológico em Petróleo e Gás, Horticultura, Nutrição, Engenharia Ambiental, Florestal, de Minas, de Alimentos e Agrícola, somando 1561 docentes; E, por fim, a área de Matemática, que se refere aos docentes com licenciatura e bacharelado em Matemática, Economia, Economia Doméstica, Ciências Contábeis, Gestão Financeira, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Elétrica, Metalúrgica, da Computação, Mecânica, de Produção, Ciências da Computação, Informática, Sistemas de Informação, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Logística, Construção de Edifícios e Ciência e Tecnologia, totalizando 1.059 docentes.

Não se enquadrando nestas áreas, ainda temos 295 professores formados em Teologia e Educação Religiosa; 120 profissionais formados na área de Comunicação social, que abrange curso superior ou técnico em Jornalismo, Turismo, Gestão em Turismo, Hotelaria, Marketing, Publicidade e Propaganda, Radio, TV, Internet, Cinema e Audiovisual, Fotografia e Telemática; 258 professores formados na área da saúde, que inclui os cursos de Enfermagem, Farmácia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Psicologia, Ciências da Saúde, Biomedicina, Gestão Hospitalar, Odontologia e Radiologia; 183 com curso superior em Serviço Social; 150 formados em Administração, Secretariado, Gestão Pública, Gestão de Recursos Humanos e Processos Gerenciais; e dois professores de Sociologia com bacharelado em Ciências Militares. Além destes, 2.864 profissionais são formados em outro curso superior, bacharelado, licenciatura ou tecnólogo e 4.416 não possuem formação superior.

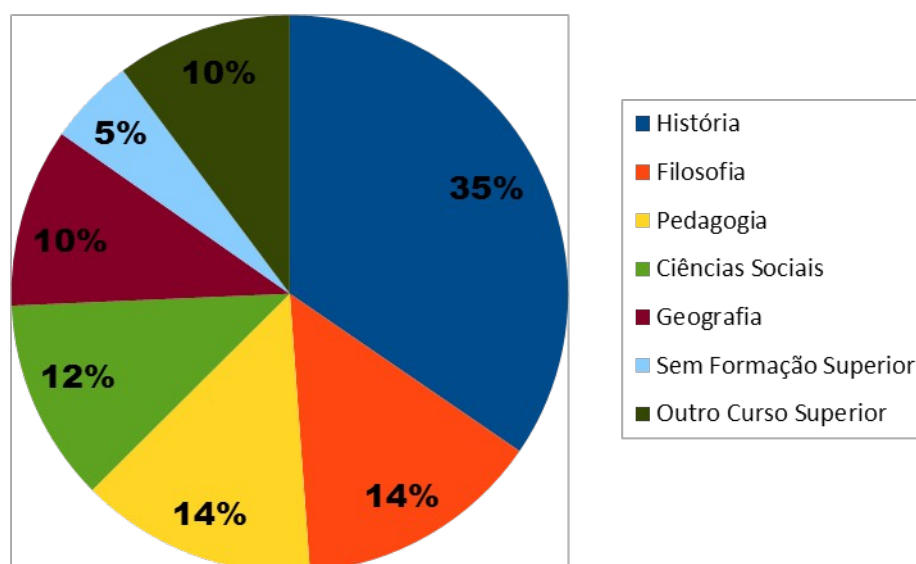
Os dados mostram que, em 2014, apenas 10% dos professores de sociologia no Brasil eram formados na área.

Gráfico 2 – Curso Superior dos Docentes de Sociologia no Brasil 2014



No Rio Grande do Sul, apenas 12% dos professores de sociologia no Ensino Médio são formados em Ciências Sociais.

Gráfico 3 – Curso Superior dos Docentes de Sociologia no RS 2014



2.1 DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA: PROFESSOR, DIDÁTICA E CONTEÚDO

Não é fácil ser professor no Brasil, afora a desvalorização salarial e de reconhecimento social, a educação pública é precária, com pouca infraestrutura, defasagem entre oferta de escolas e demanda de jovens com idade escolar, ao mesmo tempo em que se enfrenta um agravamento da evasão escolar. Além disso, há cada vez mais conflito de gerações dada a rapidez das mudanças sociais no último século, de valores, identidades, gerando tensões em muitos profissionais formados em outras épocas que sentem dificuldade ao não serem a figura da autoridade em conhecimento na sala de aula em tempos de internet no celular. Mesmo que ainda haja espaço para o professor como mediador de conhecimento, como aquele que filtra e critica, ensinando a habilidade de pensar cientificamente e valores que possam ser base para os alunos, vivemos em meio a um turbilhão de influências.

De acordo com Kant (1974), a fundamentação da moral é racional e laica e o dever guia a busca sempre por uma ação justa. Durkheim (2008) argumenta que a moral pode ser

considerada ambos um bem e um dever, partindo da perspectiva de que sentimos prazer na vida comum, considerando, assim, a educação moral importante para reprodução dos valores considerados relevantes e constituidores dos pilares da sociedade. A escola como conhecemos, concebida pela França na época do autor, era tida como espaço que deveria transmitir esses valores basilares da nova sociedade que se constituía nessa fase da história daquele país. Porém, o que vemos hoje, no Brasil e em várias partes do mundo, é a escola e toda a sociedade reproduzindo, nas relações, valores próprios de relações mercadológicas, em uma perspectiva utilitarista e individualista (Sandel, 2011) sob a qual baseiam ações particulares e coletivas da vida cotidiana.

Se a moral atua no sentido prático da vida, sobre o qual geralmente respondemos de forma instintiva, quase inconscientemente, quando tomamos decisões sobre como agir, esses juízos de valor, noções e critérios de certo e errado pré-concebidos instalados neste inconsciente são formados nos espaços de socialização primária, quais sejam, a família e a escola. A escola não possui uma autoridade do mesmo nível de profundidade na formação da consciência que a família possui, mas é um importante espaço de convergência de valores e de aprendizado sobre como tratar as diferenças. Porém, o que ocorre é que este espaço se torna o promotor de uma forma hegemônica de ver e vivenciar o mundo que potencialmente homogeneiza ao disseminar certos valores em detrimento de outros, muitas vezes diminuindo, rebaixando ou desqualificando a diversidade.

O ambiente de aprendizagem deve ser entendido como simulacro da vida social e, por isso, como um espaço privilegiado de vivência da sociedade pelos jovens. Não como um repositório de informação linear, mas como local de compreensão crítica do mundo ao redor, que possibilite enxergá-lo em suas múltiplas facetas, constituindo uma forma de interagir com o conhecimento de modo rizomático, como apresenta a teoria de Deleuze (Brito, 2005). Em meio ao paradigma da informação universal e em tempos de relações sociais líquidas, como apresenta Bauman (2009), as formas de saber valorizadas no mundo líquido moderno são aquelas menos estruturadas e burocráticas, ligadas ao processo de aprendizado permanente, já que o conteúdo está constantemente se tornando obsoleto, da mesma forma que é permanente a constituição de identidade dos indivíduos.

Para Pierre Bourdieu (1988), a cultura elevada pela academia é a da classe social dominante, portanto, a escola se torna um espaço de reprodução das desigualdades sociais e não um espaço para mobilidade, legitimando privilégios das elites. Quais as culturas e os valores que são apresentados como válidos e certos e quais são negados no ambiente escolar? A análise de Bourdieu possibilita que compreendamos a estrutura da escola como campo e

observemos a reprodução do capital social, cultural e econômico através das microrrelações estabelecidas no ambiente escolar.

Santomé (1995) debate a respeito das vozes silenciadas e ocultadas do currículo escolar, espaço social em que se encontra a luta por reconhecimento e igualdade. A escola ocupa papel importante na formação da cidadania na democracia, de transmissão dos valores que devem ser compartilhados e das habilidades para serem críticos, ativos e solidários em sociedade. Porém, quem constrói o currículo pedagógico? Quais as culturas e os valores que são apresentados como válidos e certos e quais são negados no ambiente escolar? Para o autor, a relação entre a escola e a comunidade deveria ser de parceria para ampliar os currículos, inserindo e ouvindo essas vozes silenciadas, e o professor deveria ser o principal agente na promoção dessa mudança de compreensão e abordagem do currículo escolar, sendo exemplo de cidadão e aplicando esta visão social de mundo em todas as práticas educativas.

O tema da desigualdade de gênero é latente na sociedade e a escola também cria e reproduz distinções de gênero que influenciam na construção da subjetividade e da identidade dos jovens através das microrrelações de poder presentes nos símbolos, códigos, posturas e comportamentos controlados e naturalizados pela autoridade escolar, forjando sujeitos e corpos disciplinados, como confirma Bourdieu (1978). Refletindo nesta perspectiva, a escola deveria ter como intenção cumprir o papel de espaço de desconstrução desta desigualdade, repensando estigmas e preconceitos de gênero, didáticas e ferramentas educacionais, e até mesmo a linguagem. No entanto, a forma como a escola cria uma diferenciação na educação segundo o sexo biológico, reforçando padrões culturais através da autoridade do discurso, é muito evidente. A confusão entre o que se espera do gênero feminino e a não observância da diferença entre sexualidade e gênero cria uma cultura de dominação que coloca as mulheres em situação de subordinação e inferioridade.

Para uma pedagogia crítica e libertadora, na perspectiva de Paulo Freire, a escola deve ser um espaço de luta, equidade e reconhecimento das diferenças, não de reprodução de estereótipos, preparando os alunos para desconstruir padrões e intervir e integrar a sociedade criticamente. A escola reflete as tensões presentes na sociedade que a abriga, porém não há reflexão e problematização disso e os jovens defrontam-se com elas e ficam confusos sobre como agir frente a diferentes formas de ser e pensar.

Paulo Freire (2011) vê a escola e o educador como figuras centrais da mudança social, mesmo com oportunidades desiguais. A análise de Bourdieu possibilita que compreendamos a estrutura do *habitus* e do campo da educação como espaço de legitimação dos privilégios das elites e de violência simbólica, perpetuada pela falência escolar daqueles que não estão

habituaados com os códigos e símbolos da classe dominante. Enquanto Paulo Freire defende um currículo por aluno, para Bourdieu, não se pode pensar um currículo para o aluno de periferia e outro para o da escola particular, afirmando ser preciso tentar utilizar essa cultura que os jovens abastados possuem como conteúdo, tentando aproximar a realidade do aluno que não possui esse capital cultural para que alcance o conteúdo que se quer ministrar. Educação baseada na perspectiva da teórica crítica à educação bancária (Freire, 2010), no intuito de ensinar para a autonomia e a ação, tanto coletiva quanto individual, relacionando os saberes do cotidiano com o conteúdo estudado e, no exemplo da prática, construir com o estudante as habilidades e valores como cooperação e respeito ao outro. O professor, portanto, tem o papel de desafiador, problematizador, aquele que viabiliza o caminho para o aprendizado e não uma autoridade detentora de todo o conhecimento, censuradora e cerceadora, mas aquele que também, aberto ao diálogo, aprende com os alunos.

A partir das etapas de desenvolvimento de habilidades, capacidades e de consciência por que passam os jovens, presentes na teoria de Piaget (2013), é possível compreender e adaptar a didática e o conteúdo do ensino para atingir a compreensão do aluno. E através da compreensão, por parte do professor, do meio cultural do aluno, das suas condições sociais e das suas vivências individuais, pode-se chegar a uma educação com a perspectiva inclusiva que atente às necessidades de cada um. Para Freire, somos todos seres curiosos, incompletos e conectivos. Vygotsky (2009) nos mostra o quanto é importante, no processo de aprendizagem, a presença do outro, do parceiro, do companheiro que orienta, estimula e media o crescimento, a capacidade de compreensão e a relação do indivíduo com o mundo. Uma forma de educar horizontal, dialogada, que valoriza o processo e o envolvimento e não somente o produto final. A construção do conhecimento, portanto, orientada pela desconstrução dos saberes postos e sua reconstrução na reflexão, constituindo uma capacidade de imaginação sociológica, como apresenta a concepção de Mills (1982).

Nas aulas de sociologia, queremos que os alunos aprendam como as sociedades funcionam e se organizam e que desenvolvam o senso de comunidade, compreendendo as razões pelas quais somos todos interdependentes. Para isso, é importante que conheçam quais as instituições, estruturas e organizações sociais presentes no seu dia-a-dia que viabilizam essa convivência. A partir da problematização dos fatos sociais que se relacionam com o cotidiano do aluno, sobre o qual este muitas vezes já tem algum conhecimento ou reflexão baseada em senso comum, é possível a desnaturalização de situações sociais e a compreensão da realidade a sua volta, inclusive na perspectiva da mudança da mesma. A partir da reflexão sobre o seu mundo, os estudantes podem desenvolver pensamento crítico e questionador, tão

importante para a constituição da consciência que eles próprios têm do espaço social em que estão inseridos, se apropriando, assim, do conceito de sociedade e desenvolvendo a imaginação sociológica.

Um dos objetivos da sociologia no Ensino Médio é educar para a cidadania e ensinar para a autonomia e a ação social consciente, tanto coletiva quanto individual. Isso só é possível relacionando os saberes do cotidiano do jovem com o conteúdo e os conceitos acadêmicos e científicos estudados nas aulas e, no exemplo da prática, ir construindo habilidades e valores como cooperação e respeito à diversidade.

O professor/pesquisador em sociologia é uma figura importante na escola, assim como a disciplina que ministra, pois é aquele que pode levar as discussões sociais para a sala de aula e para o ambiente escolar, o que pode ajudar na compreensão da situação social da região e contribuir para que a comunidade reflita e se organize sobre suas necessidades, na perspectiva da educação para a construção da consciência crítica e para a emancipação, presentes em Paulo Freire (2010), como definidores da importância da sociologia nas escolas.

Para Gidens (2011), o professor de sociologia tem a tarefa de formação da consciência crítica, do pensamento e da imaginação sociológicos, através de ferramentas e métodos científicos, como observação, descrição e análise dos fenômenos sociais. No pensamento de Norbert Elias (1999), o professor deve trabalhar a capacidade dos alunos de compreensão dos processos humanos sociais, das forças sociais que permeiam a estrutura e a teia de relações sociais, assim como a consciência das razões dos problemas sociais existentes e qual sua situação dentro desta estrutura.

Hoje, mais do que nunca, o professor, como afirma Bourdieu, deve se utilizar do método dialético para trazer a realidade concreta do aluno para exemplificar suas teorias e conceitos abstratos, a fim de este poder, no exercício de transformação de conteúdo em conhecimento, trabalhar a argumentação e a capacidade de utilizá-la em outras situações. É preciso que o aluno possa observar a dimensão macro social tanto quanto a micro, quase individual, posicionando-se dentro do sistema que criamos para viver. Assim, para que consigamos formar indivíduos completos, preparados e capazes de vivenciar plenamente e conscientemente as relações sociais que os rodeiam, é preciso que a escola deixe de ser constituída por disciplinas fragmentadas e ambientes e tempos divididos, concebendo a aprendizagem enquanto processo, que deve ser avaliado continua e diversificadamente, como apresenta a autora Bridi (2009).

O professor de sociologia é geralmente um profissional multifacetado, com conhecimento de diversas áreas, o que contribui para a riqueza de abordagens dos temas e

objetos de análise das Ciências Sociais. Porém, esta diversidade muitas vezes torna confusa e “solta” a forma de dar as aulas e os conteúdos que devem ser trabalhados com os alunos. Não existia, até há pouco tempo, nem ao menos um livro didático como orientação mínima e muitos professores acabam transmitindo em sala de aula apenas as abordagens e formulações sociológicas, antropológicas e políticas com as quais se identificavam, sua visão ideológica/teórica da verdade, como criticam Coulson e Riddel (1979).

Trabalhando multidisciplinarmente, envolvendo teoria e prática, um dos objetivos da sociologia no Ensino Médio é instigar a imaginação sociológica (Silva, 2005) e pode-se testar uma nova forma de ver a realidade a partir dos olhos dos alunos, valorizando e reconhecendo os seus conhecimentos ocultos e silenciados (Santomé, 1995) pelo currículo escolar, frente à histórica tendência de impor e reproduzir na escola os valores e códigos acadêmicos da cultura da classe social dominante como os únicos válidos e legítimos.

Amaury (2007) fala que a filosofia e a sociologia são disciplinas que são construtoras das formas de se ler o mundo e que, por isso, devem nos fazer compreender os discursos sobre o mundo. Assim, o professor deve ser um membro ativo na sociedade que, através da pedagogia do exemplo, forme protagonistas sociais solidários e responsáveis e demonstre o que um cidadão pode ser e fazer no seu meio social. A escola e os professores não podem manter-se aquém das novas relações sociais emergentes e, tanto currículo quanto didática devem ser atualizados de forma crítica. Para isso, o professor deve ser um exemplo e uma referência de participação social. Ele deve utilizar-se de métodos que atinjam a consciência dos jovens e atualizar-se nas ferramentas que atraiam sua atenção, principalmente as mídias digitais e audiovisuais que hoje dominam a linguagem e a dinâmica de comunicação dos jovens.

A partir da compreensão das mudanças sociais e nas relações das pessoas com o conhecimento decorrentes da evolução das mídias e da tecnologia de informação e comunicação, que transformaram a forma de ensinar e aprender e de se relacionar com mundo, o professor deve aprimorar as formas de relacionar os conhecimentos construídos no Ensino Médio com a vida dos alunos (Soares, 2013).

É preciso pensar as práticas pedagógicas utilizando mídias e tecnologias digitais, tanto como ferramenta para facilitar o processo de aprendizagem, como para atrair a atenção de uma geração cada vez mais dispersa. Considerando a perspectiva do currículo integrado, que propõe que não haja dissociação entre teoria e prática, é preciso articular o conhecimento a como as tarefas se apresentam no exercício das profissões.

Assim, o Plano Nacional de Educação e as Diretrizes Curriculares utilizam os

conceitos de Gramsci para justificar a proposição, autor também presente no texto da Reforma do Ensino Médio no RS, na discussão da utilização do trabalho enquanto princípio educativo.

2.2 EDUCOMUNICAÇÃO

A educomunicação é um campo de ação emergente na interface entre os campos da educação e da comunicação, designando práticas sociais que objetivam ampliar as condições de expressão de todos os seguimentos humanos, especialmente da infância e da juventude (Soares, 2011). O conceito, utilizado pelo Núcleo de Comunicação e Educação da ECA/USP, nasceu em 1999, em publicação da revista *Comunicação & Educação*, a partir de levantamento sobre o tema realizado pelo núcleo em 12 países da América Latina e 176 Especialistas da América Latina e Europa.

Antes disso, a palavra educomunicação foi utilizada pela UNESCO em 1980 como sinônimo de Media Education “para designar todo tipo de esforço do campo educativo em relação aos efeitos dos meios de comunicação na formação de crianças e jovens.” (Soares, 2011). A partir das pesquisas do núcleo, o termo foi ressemantizado para “designar o conjunto de ações que produzem o efeito de articular sujeitos sociais no espaço da interface comunicação/educação. No caso, à leitura crítica da mídia e à produção midiática por jovens soma-se o conceito de gestão da comunicação nos espaços educativos.” (Soares, 2011).

Segundo a pesquisa, o Educomunicador é o profissional que demonstra capacidade de elaborar diagnósticos e coordenar projetos no campo da inter-relação Educação/Comunicação. Entre as atividades que desenvolve, destacam-se:

a) a implementação de programas de “educação para a comunicação”, favorecendo ações que permitam que grupos de pessoas se relacionem adequadamente com o sistema de meios de comunicação.

b) o assessoramento a educadores no adequado uso dos recursos da comunicação, como instrumentos de expressão da cidadania.

O professor da USP Ismar de Oliveira Soares, pesquisador do tema, defende, em suas contribuições para a reforma do Ensino Médio de 2011, a importância da figura do educomunicador como profissional capaz de ser ao mesmo tempo docente, consultor e

pesquisador, introduzindo em sua obra a complexidade desta tarefa. Para o autor, a ausência desta figura, ou, na minha opinião, a falta de uma formação dos professores na área, é o que tem causado o fracasso em introduzir as tecnologias na educação, como previa a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que se tenta sanar com programas de governo como Mais Educação e Ensino Médio Inovador, com incentivo de projetos na área de comunicação e uso de mídias.

Para Soares, educação e comunicação estão unidas desde a origem de ambas, já que a educação só é possível através de uma ação comunicativa, “presente em todos os modos de formação do ser humano”, e toda comunicação é uma ação educativa “enquanto prática simbólica e intercâmbio/transmissão de sentido” (Soares, 2011). Assim, o autor reafirma a importância da educomunicação diante da nossa relação diária com a mídia e a necessidade de compreendermos o que nos é e o que não nos é informado:

Diante de uma mídia que se sente livre para produzir e divulgar o que convém ao tipo de relação que mantém com o mercado, a educação se previne e cria programas de análise crítica das mensagens em circulação; por sua vez, a comunicação, desobrigada do ensino formal, não se furta em conduzir a formação de hábitos e valores em seus públicos, através do entretenimento e de uma publicidade especificamente dirigida ao segmento infanto-juvenil. Em outras palavras, os campos da comunicação e da educação, simultaneamente e cada um a seu modo, educam e comunicam. (Soares, 2011, p. 18.)

Diferentes formas de disseminar educação e de se comunicar levaram a resultados educativos distintos, a exemplo da crítica de Paulo Freire à chamada educação bancária, verticalizada e conteudista.

Para Soares, a prática multidisciplinar educomunicativa, através de “uma comunicação essencialmente dialógica e participativa” no espaço escolar, “mediada pela gestão compartilhada (professor/aluno/comunidade escolar) dos recursos e processos de informação”, “contribui essencialmente para a prática educativa” “maximizando as possibilidades de aprendizagem, de tomada de consciência e de mobilização para ação”.

O censo escolar brasileiro de 2011 mostra uma realidade em que muitos alunos que estão em idade de adentrar no Ensino Médio leem pouco, têm pouco incentivo dos pais para o estudo, já que, na sua maioria, não terminaram o Ensino Médio, mas passam muito tempo na internet e assistindo televisão.

Figura 1 – Prova Brasil 2011 – Questionário Estudante: Escolaridade da mãe



Figura 2 – Prova Brasil 2011 – Questionário Estudante: Escolaridade do pai

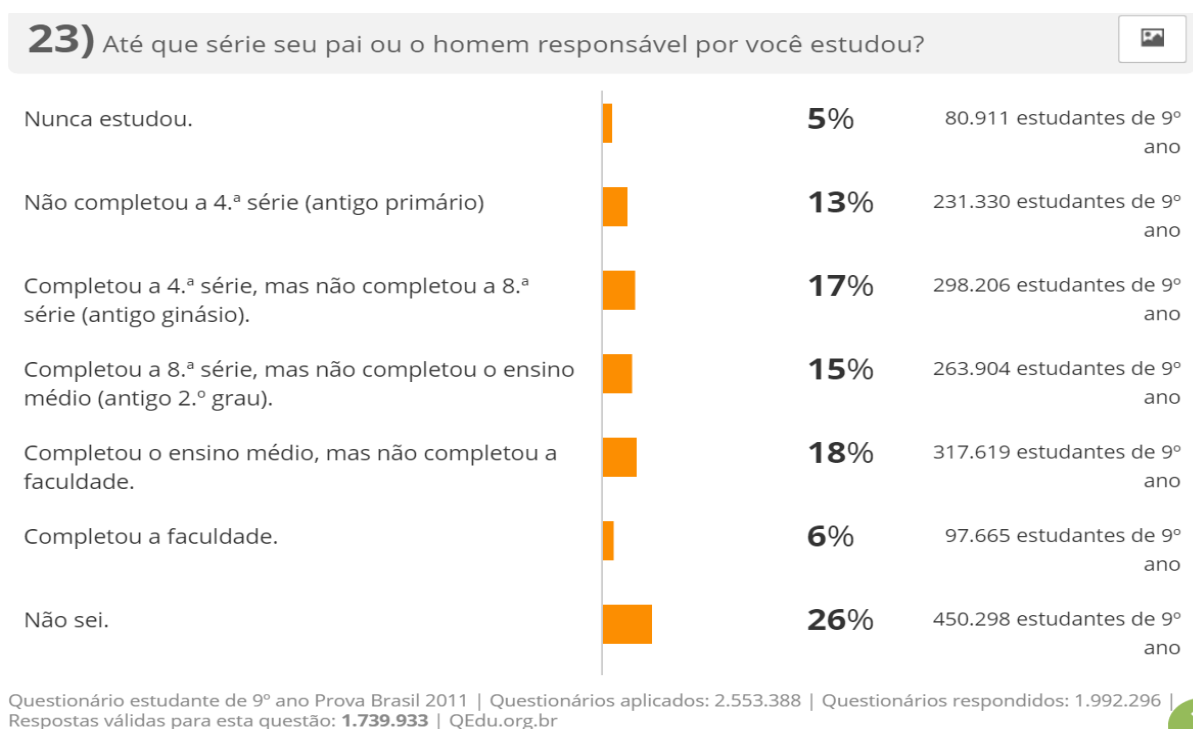


Figura 3 – Prova Brasil 2011 – Questionário Estudante: Frequência de leitura de livros

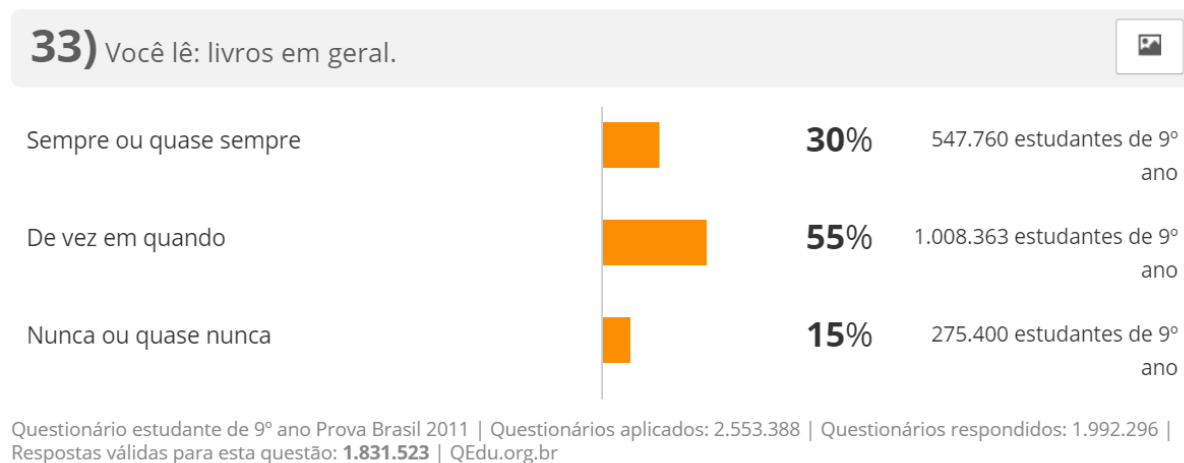


Figura 4 – Prova Brasil 2011 – Questionário Estudante: Frequência de leitura de sites

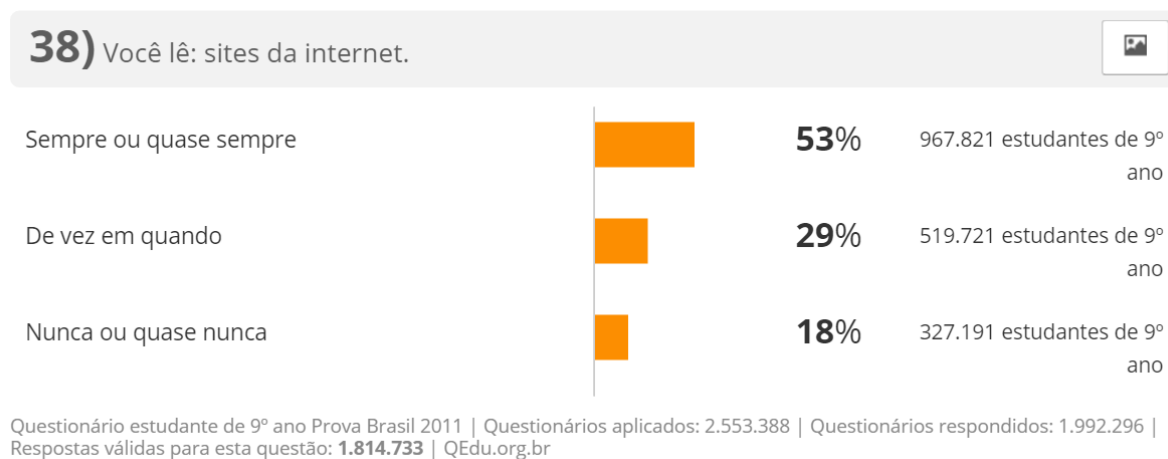
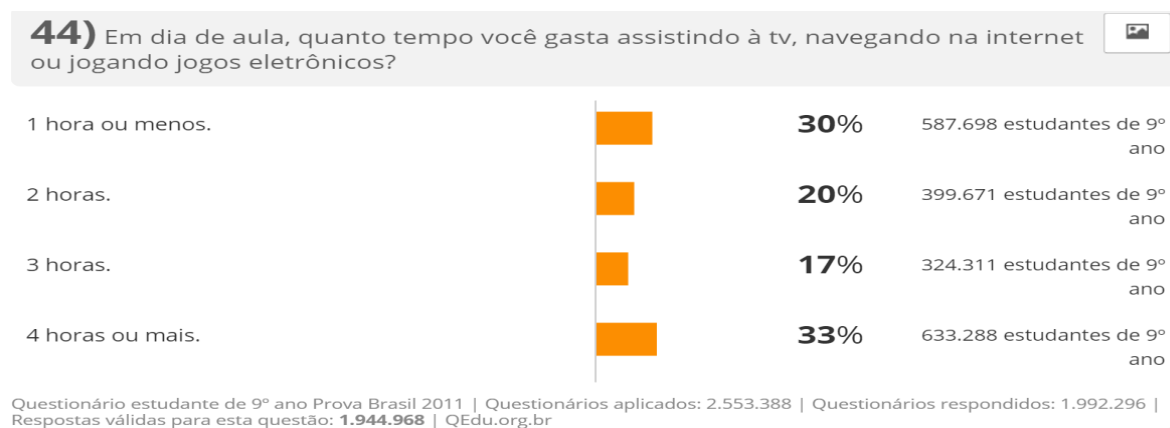


Figura 5 – Prova Brasil 2011 – Questionário Estudante: Tempo gasto com televisão, internet e jogos eletrônicos ¹



De acordo com pesquisa realizada em diversos países da América Latina pela Fundação Telefônica, em parceria com a Universidade Navarra da Espanha, também em 2009, com amostragem de 25.467 estudantes entre 6 e 18 anos, demonstrou-se que 50% dos estudantes brasileiros não têm nenhum professor que utiliza ou estimula o uso da internet, de uma amostragem de 4.205 (790 com idade entre 6 e 9 anos e 3.415 entre 10 e 18 anos). Apesar disso, os estudantes brasileiros são os que gastam mais horas diárias jogando videogames e dois em cada dez jovens brasileiros são considerados *heavy users*.

Pode-se dizer que as redes sociais como Facebook, YouTube, Twitter, Tumblr, Instagram, jogos em comunidades online entre outros são hoje parte da cultura juvenil, não apenas como meio de diversão mas como meio de participar da vida pública, de desenvolvimento social e pessoal. Assim, a conclusão destas pesquisas e de outros documentos internacionais que têm preocupação semelhante é que as políticas públicas que visem aumentar o interesse pela escola devem incluir o uso de tecnologias de informação e comunicação, a fim de se estabelecerem canais de comunicação entre os jovens para que possam fazer ouvir suas vozes, proporcionando a informação necessária para construção de uma identidade social e pessoal, gerando maior participação comunitária e liderança, com autonomia, autoconfiança e autodeterminação.

A LDB propõe que o Ensino Médio deve adotar uma perspectiva interdisciplinar de ensino baseada nas três grandes áreas de conhecimento. A área de linguagens, de acordo com o texto do PCN, Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, do Ministério da Educação, apresenta ao estudante a possibilidade de entendimento dos códigos presentes na

¹ Fonte: <http://www.qedu.org.br/brasil/pessoas/aluno9ano>.

dinâmica da vida cotidiana, socialmente construídos e, por isso, “dinâmicos e situados no espaço e no tempo”. Assim, a área de linguagens deve inserir o aluno “como cidadão em um mundo letrado e simbólico” já que “no mundo contemporâneo, marcado pelo apelo informativo imediato, a reflexão sobre as linguagens e seus sistemas, que se mostram articulados por múltiplos códigos, e sobre os processos e procedimentos comunicativos possibilitados pelas formas de linguagem, são, mais que uma necessidade, uma garantia de participação ativa na vida social, a cidadania desejada” (PCN EM, 2010, p. 6). De acordo com o autor, “o que importa não é a ferramenta disponibilizada, mas o tipo de mediação que elas podem favorecer para ampliar os diálogos sociais e educativos.” (Soares, 2011).

As Diretrizes abrem espaço para um professor de comunicação no Ensino Médio para área de linguagem e suas tecnologias, porém, se faz necessária formação superior que contemple teorias e procedimentos próprios do universo da comunicação social para desenvolver ações comunicativas na formação dos jovens. É necessário formar educadores para dominar as linguagens da cultura contemporânea, não apenas oficinas sobre como operar equipamentos, mas transformar o sujeito educador em educomunicador conhecedor da cultura midiática, a exemplo do curso à distância do MEC de Mídias na Educação.

A educomunicação não diz respeito diretamente ao ensino formal, necessariamente, se posicionando no cenário social atual como ferramenta de ampliação do potencial comunicativo da comunidade educativa, em reconhecimento ao direito universal de expressão. Mais do que TICs, do que uma ferramenta, um mundo de cultura, mais que educação para, com ou através da educação, é um campo de intervenção social que visa gerar um ser comunicante. Trata-se de um novo campo de saber, interdisciplinar e, ao mesmo tempo, autônomo em relação às disciplinas tradicionais dos campos da educação e comunicação, conceituado como:

(...) o conjunto das ações voltadas ao planejamento e implementação de práticas destinadas a criar e desenvolver ecossistemas comunicativos abertos e criativos em espaços educativos, garantindo, desta forma, crescentes possibilidades de expressão a todos os membros das comunidades educativas. (Soares, 2003 in Soares, 2011).

Porém, ao pensar a educomunicação no ensino formal, Soares (2011) propõe que se faz necessário observar três âmbitos, a fim de superar visões reducionistas do seu papel apenas aliando educação e uso de mídias em sua aplicação nas escolas. No que concerne à gestão escolar, aplicar a educomunicação pode possibilitar melhor relação da comunidade escolar em práticas comunicativas entre professores, direção e estudantes no ambiente

educativo. No âmbito disciplinar, os sistemas, linguagens e tecnologias comunicativas devem ser objeto de estudo no currículo da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Por fim, no âmbito transdisciplinar, projetos em que os estudantes utilizem as linguagens midiáticas para aprofundar os conhecimentos e criar formas de comunicar, incluindo atividades extraclasse, no contraturno, mostras, seminários, oficinas regulares e outros espaços.

Educomunicação no ambiente escolar é uma forma de se pensar o uso da tecnologia na educação através de um ideal de relações que favorecem o diálogo social, em uma atmosfera guiada pela presença de tecnologia, visando uma educação para utilização dos meios. Assim, através de uma pedagogia guiada por projetos, misturando teoria e prática nos espaços educativos, é possível alcançar os objetivos do ecossistema comunicativo de criar ações inclusivas, democráticas, midiáticas, valorizando as possibilidades mobilizáveis pelos recursos informacionais, ler criticamente os meios de comunicação, criando e promovendo formas próprias de expressão sintonizadas com as mais diversas manifestações culturais.

Segundo publicação da UNESCO, chamada *Youth Engaging with the World: Media, Communication and Social Change* (UNESCO, Nordicom, Sweden, 2009), “as novas gerações, quando orientadas por adultos significativos para elas (país, professores, gestores de projetos na área de mídia e educação), têm optado por assumir suas responsabilidades na construção de um mundo mais intensamente comunicativo, contribuindo para que os meios de informação estejam a serviço da edificação de uma sociedade mais humana, pacífica e solidária.” De acordo com dados do questionário Prova Brasil, realizado com professores de alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental, 32% dos professores não utilizam computadores e 35% não usam internet como recurso educativo. Desses, metade não utiliza por que não tem o recurso e a outra por que não considera importante.

Figura 6 – Prova Brasil 2011 – Questionário Professor: uso de computador

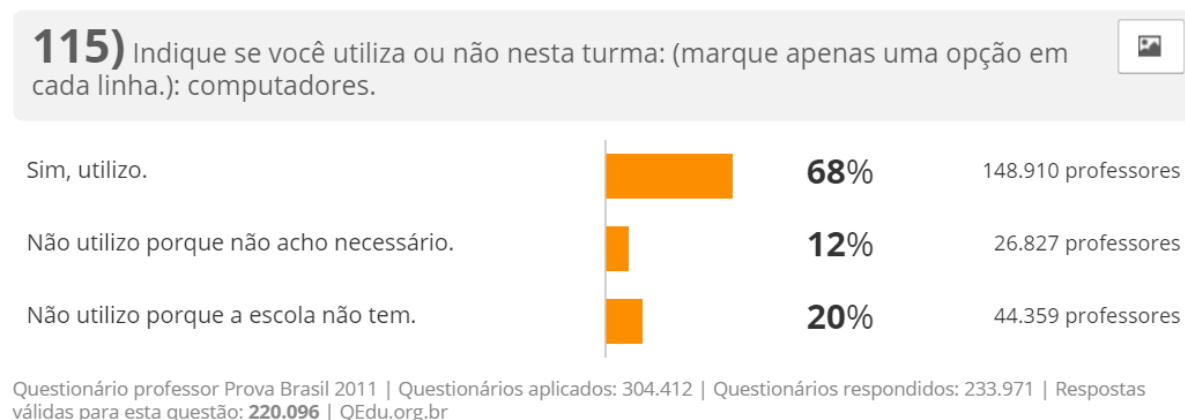
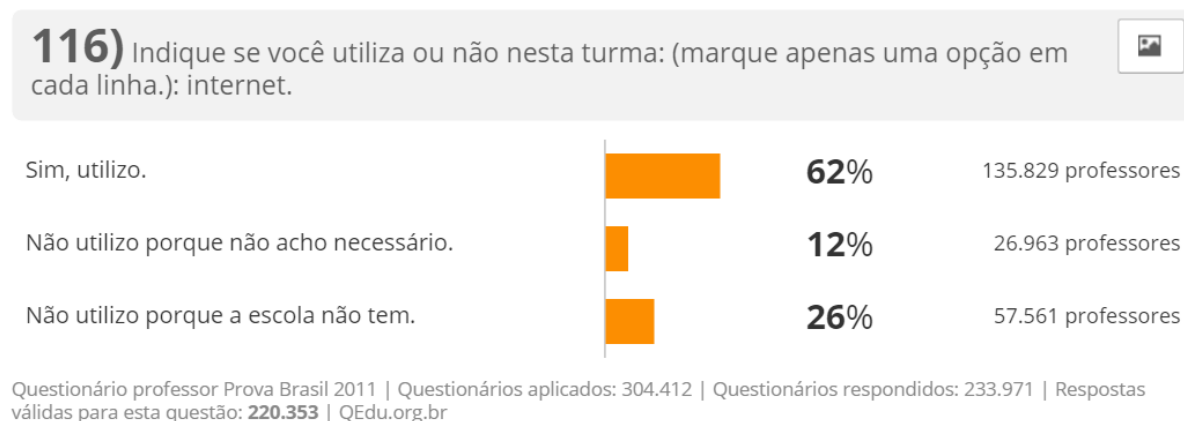


Figura 7 – Prova Brasil 2011 – Questionário Professor: uso de internet ²

No estado do Rio Grande do Sul, políticas públicas de educomunicação foram elaboradas no que se refere à formação de professores através de cursos oferecidos pela Secretaria Estadual de Educação, principalmente voltados para uso de oficinas como atividades pedagógicas com utilização de ferramentas educacionais. Além disso, a secretaria criou o site <http://educomtche.educacao.rs.gov.br/>, plataforma onde são publicadas práticas pedagógicas de sucesso, produções dos docentes com os estudantes nas diferentes áreas de conhecimento, abrangendo as categorias áudio, vídeo, imagem, material impresso, jornal, fanzine, netbook educacional, lousa digital, projetor multimídia, objetos de aprendizagem, rádio escola e sala de recursos. O portal ainda contém tutoriais, planos de aula, sugestões de leitura, vídeos explicativos, softwares educacionais, hipertexto e vídeos explicativos de conceitos da educomunicação.

² Fonte: <http://www.qedu.org.br/brasil/pessoas/professor>.

3 APROXIMAÇÕES ENTRE SOCIOLOGIA E EDUCOMUNICAÇÃO

Pensando nas práticas sociológicas que se propõe que os estudantes desenvolvam no ensino da sociologia no Ensino Médio, tentando relacioná-las com as práticas educacionais, é possível observar pontos de convergência no que se refere ao uso da comunicação como objeto de estudo, a mídia como código social que todo cidadão deve ser formado a decodificar, assim como ao uso de ferramentas de pesquisa, de formas de exposição de ideias pelos estudantes e como experiência de aprofundamento da democracia.

Assim, elenquei algumas atividades pedagógicas que experienciei na minha formação acadêmica nos últimos quatro anos em disciplinas na Faculdade de Educação e no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, no papel de discente e de docente, que acredito que podem demonstrar possíveis convergências de propósito e de caminho entre o ensino de sociologia e de educação no Ensino Médio.

Primeiramente, apresentarei uma proposta de atividade pedagógica criada pensando diretamente no uso da educação no ensino da sociologia, desenvolvida por mim na disciplina de Mídias e Tecnologias Digitais em Espaços Escolares, chamada Sociologia do Bairro, que utiliza o princípio da educação com aprendizado do uso de tecnologia audiovisual, blog na internet, pesquisa empírica sociológica qualitativa e produção etnográfica no desenvolvimento de conceitos sociológicos.

Depois, apresento atividade de pesquisa realizada em disciplina de Educação Contemporânea, em que se utiliza metodologia de pesquisa quantitativa, em análise de dados coletados e qualitativa, em análise de conteúdo de entrevistas, para analisar relações de trabalho de professores da Educação Básica.

Após, trato de uma disciplina que ensina como utilizar a metodologia de Projetos de Aprendizagens em Ambientes Digitais, em que pude desenvolver não somente a capacitação para a dinâmica de compartilhamento e construção virtual e coletiva de ideias, como também uma pesquisa sobre o uso de internet por professores e alunos do Rio Grande do Sul.

Logo após, trago relatos do meu estágio docente no Colégio Estadual de Ensino Médio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, durante o ano de 2015, resgatando situações envolvendo o uso de tecnologias educacionais nas práticas pedagógicas.

Por fim, apresento um relato de trajetória pedagógica de duas professoras que tive a oportunidade de entrevistar em quatro situações diferentes, durante os quatro anos da minha formação acadêmica em licenciatura, registradas em áudio e/ou vídeo.

3.1 SOCIOLOGIA DO BAIRRO

A tarefa proposta nesta atividade educacional, chamada Sociologia do Bairro, foi desenvolvida na Disciplina de Mídias e Tecnologias Digitais em Espaços Escolares, ministrada pelo professor Marcelo Magalhães Foohs na Faculdade de Educação da UFRGS em 2012. Tive a oportunidade de apresentá-la no Salão de Ensino da UFRGS (Kunze, 2013), recebendo destaque na sessão de Ciências Sociais Aplicadas, e também no VI Encontro Brasileiro de Educomunicação, que ocorreu de 10 a 12 de junho de 2015 nas dependências da PUCRS, em Porto Alegre.

A proposta pedagógica consiste em os estudantes buscarem conhecer seu bairro através de pesquisa bibliográfica diversa e entrevistas com moradores, gravadas, escritas, fotografadas ou filmadas, e criarem um vídeo contando como é a vida em sociedade neste local. Também peço que criem uma história em quadrinhos, ilustrando a trama do vídeo que desenvolverem. Formando grupos por bairro, ou não, a ideia é que pesquisem durante um semestre, ou todo o ano letivo, dependendo das condições de trabalho e do tamanho das turmas, e que, no final, apresentem o bairro escolhido em sala de aula em forma de vídeo.

O objetivo da atividade também é estimular habilidades, criatividade, inteligência e a capacidade de transformação de informação em conhecimento através, principalmente, da pesquisa e da produção de conteúdo como ferramentas pedagógicas, levando o aluno a questionar seu papel dentro da sociedade. A atividade por si só é interdisciplinar e pode ser realizada de modo conjunto com outras matérias que possuam temas transversais ou correlatos. Assim, esta proposta de atividade pedagógica busca envolver saberes práticos com teorias sociológicas em uma práxis que possibilite capacitar jovens para a imaginação sociológica.

A ideia é que façam o papel de repórteres e contem a história e a realidade atual do bairro através da coleta de informações e montagem de um vídeo curto, de no máximo 5 minutos. O foco será que busquem criar, através de livros e fotografias antigas e atuais, sites e outros meios de pesquisa, uma etnografia do bairro, com contextualização histórica do surgimento dele na cidade, os primeiros ocupantes, e apresentem o desenvolvimento do mesmo até o período atual através de imagens que eles mesmos façam do bairro, observações e entrevistas com pessoas que vivem nele, contando quais os fatos marcantes e fenômenos ocorreram ali, as instituições importantes presentes no bairro, quantas pessoas vivem nele,

quais os tipos de profissão predominantes entre os moradores, qual o tipo de comércio existente, quais os espaços culturais, de lazer, locais históricos, turísticos, moradores importantes, de hoje e do passado, casos interessantes e inusitados que tenha ocorrido nele, etc.

Durante o semestre, as aulas de sociologia deverão desenvolver os conceitos necessários para a realização da tarefa, sensibilizando os estudantes sobre quais conteúdos são interessantes de estar incluídos nos seus projetos. O processo deve envolver um ou dois meses de aulas de sociologia para desenvolvimento dos conceitos e preparação para a metodologia de pesquisa científica que realizarão, um mês de aulas de captação de imagem, edição, roteirização e montagem de vídeos e mais três meses de parte prática, de pesquisa histórica e a captação das imagens dos grupos nos bairros e montagem dos vídeos pelos estudantes.

O professor(a) encarregado(a) pela atividade deverá fornecer também links de conteúdos trabalhados em aula, tanto textos sobre os conceitos de sociologia quanto exemplos de roteiros, vídeos e outras opções para ajudar o trabalho dos alunos, a exemplo de sites de pesquisa geográfica como Google Earth, sítios de prefeituras ou de outros órgãos estaduais e nacionais que possuam acervo histórico dos bairros, entre outros relevantes.

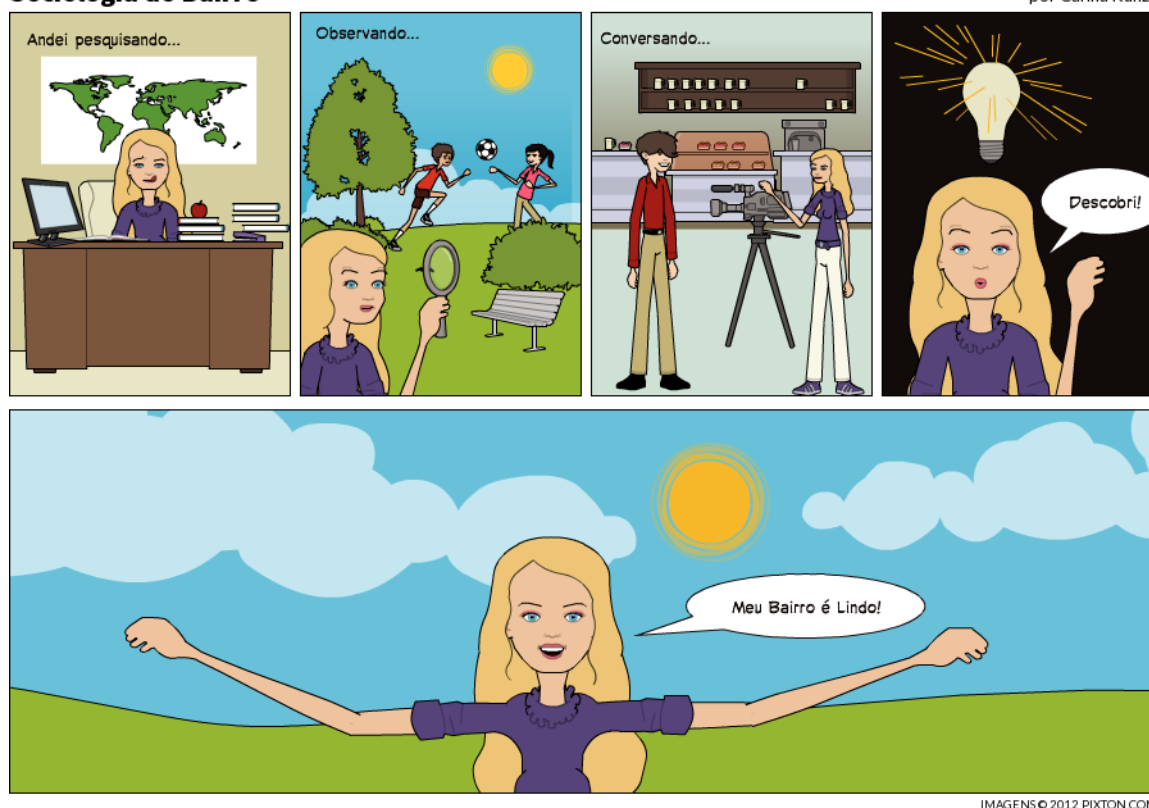
Para viabilizar esta atividade, criei um sítio na internet onde publiquei a tarefa em detalhes, uma história em quadrinhos e um vídeo feitos por mim, contando a história do meu bairro, para demonstração e estímulo para os alunos. Este espaço virtual deverá ser local de troca de informações, assim como de exposição dos resultados obtidos com as pesquisas dos estudantes e mostra de suas produções.

A avaliação deverá ser feita individual e coletivamente, observando-se o empenho e envolvimento de cada um, assim como sua capacidade de trabalhar em grupo. Endereço do objeto de aprendizagem na internet: <http://sociologiadobairro.weebly.com/>.

Figura 8 – História em quadrinhos

Sociologia do Bairro

por Carina Kunze



IMAGENS © 2012 PIXTON.COM.

3.2 PESQUISA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Durante a disciplina de Educação Contemporânea: currículo, didática e planejamento, coordenada pela Prof.^a Dóris Maria Luzzardi Fiss em 2013, realizamos um trabalho com os colegas da turma, alunos de diferentes cursos de Licenciatura, em estudo que buscou articular pesquisa e docência.

Utilizando metodologia quantitativa e qualitativa, que envolveu análise de conteúdo de 150 (cento e cinquenta) respostas produzidas por 50 (cinquenta) professores da Educação Básica que atuam em escolas da rede pública, privada ou ambas, localizadas em Porto Alegre e Região Metropolitana, a quem endereçamos 10 (dez) perguntas de roteiro elaborado por nós, quisemos saber suas opiniões em assuntos que abrangem questões sobre violência escolar, identidades docentes e a juventude atual.

Juventude(s) e Escola

- Como a escola pode atrair a comunidade para o seu interior? E qual a tua participação nisto?
- O que motiva o jovem a ir à escola? Quais as tuas estratégias para lidar com a desmotivação dos alunos? (E a da escola?)
- Na tua opinião, para que serve o conhecimento produzido na escola?

Violência e Escola

- Tu já sofreste ou presenciaste algum tipo de violência? Como tu reagiste? Tu terias a mesma reação hoje? Por quê?
- Como a escola lida com os casos de violência? Como tu vês estas ações?
- Como é a relação da escola com a comunidade? Existe algum plano conjunto entre escola e comunidade para tratar questões de violência? Como tu vês estas ações?

Identidades Docentes

- O que mudou em ti desde que tu iniciaste a trabalhar como professor? (Relação com alunos, com o conhecimento, com a prática em sala de aula etc.).
- Como tu vês o momento atual da educação? O que mudou no ensino desde a época em que tu eras estudante?
- O que fez tu te tornares um professor? Houve algum modelo (referência) profissional? Que influências tu acreditas que exerces sobre teus alunos?
- Tu percebes algum limite em tua atuação docente em função das políticas nacionais de educação? Que(Quais) limite(s)?

Utilizando conceitos de Boaventura de Souza Santos, debatemos as mudanças na forma de ver o ensino a partir das diferenças de manifestação dos professores ligados às noções emergentes e dominantes de educação. O foco da análise elencado por mim e as colegas do grupo de que fiz parte, Isadora de Oliveira e Kristine Schuster, foram as questões sobre a violência escolar, cujas tabelas de resultados produzidas por nós encontram-se nos apêndices.

A análise de conteúdo em comunicação, conforme apresentada por Bardin (1977), nos ofereceu a possibilidade de compreender o que foi expresso nas entrevistas para além da

informação imediatamente observável na resposta dada, investigando profundamente os caminhos e influências que levaram à resposta. Procedemos então da maneira sugerida por Bardin, realizando a leitura dos depoimentos, identificação e agrupamento de significados e conteúdos, categorização, análise e interpretação das perguntas, enquadrando quantitativamente as repostas de perguntas de cunho estatísticas e outras qualitativamente, a partir da forma com que o discurso foi apresentado em questões subjetivas e opinativas. Esta técnica foi vital para categorizarmos os professores, por exemplo, de acordo com sua linha de atuação ligada à perspectiva dominante ou emergente de educação, nos termos de Boaventura (1988).

Sobre os professores entrevistados, tivemos acesso aos dados de cerca de 40 (quarenta) dos 50 (cinquenta) entrevistados. Sabemos que cerca 60% deles dão aulas para jovens no Ensino Médio, 40% no Ensino Fundamental e na Educação Infantil e 5% trabalham na Educação de Adultos. Dos 40 profissionais, 62,5% ministram disciplinas nas áreas de conhecimentos humanos e 25% na área de exatas, sendo que 15% dão aulas na rede privada e 85% na rede pública. A grande maioria trabalha em Porto Alegre ou Região Metropolitana, como Alvorada.

A partir do artigo de Boaventura de Souza Santos, “Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna” (1988), escolhemos categorizar os professores entre dominantes e emergentes, num exercício de compreensão tanto dos referenciais quanto dos depoimentos dos docentes entrevistados. O paradigma dominante se assenta na redução da complexidade. O que não é quantificável é cientificamente irrelevante. Conhecer significa dividir e classificar para depois determinar relações sistemáticas. Já o conhecimento no paradigma emergente tende a ser um conhecimento não-dualista, que se funda na superação das distinções entre as ciências naturais e sociais, tais como natureza/cultura, natural/artificial, mente/matéria, observador/observado, subjetivo/objetivo, coletivo/individual. Ele não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida. O paradigma emergente admite outras formas de conhecimento além do científico. Ele compreende os fenômenos sociais a partir do sentido que os atores conferem às suas ações, tornando-se necessária a utilização de uma metodologia de investigação outra que não a das ciências da natureza segundo uma dicotomia entre o saber intersubjetivo e o conhecimento objetivo, descrição e explicação, qualidade pela quantidade.

Os professores entrevistados foram classificados entre emergentes e dominantes, a partir da metodologia usada pelo professor para lidar com as questões de violência da sala de

aula. Se ele é aberto à discussão e é democrático em relação aos alunos ou se ele se considera a autoridade máxima na sala sem aceitar a opinião dos alunos e utilizando os métodos tradicionais de ensinar e aprender, da antiga cartilha da educação bancária. A maior parte dos entrevistados se mostrou emergente (52%). Alguns professores não foi possível classificar, pois não eram tão óbvios seus posicionamentos.

O professor, perante os diferentes tipos de violência que sofreu, presenciou ou de que teve conhecimento, manifestou, em suas respostas, reações diferentes, as quais podem ser categorizadas em emergentes, dominantes ou ambas. Para esta categorização, também foi considerada a forma com que os docentes entrevistados observam as ações da escola e da comunidade frente à violência existente nas mesmas. Nesse sentido, as reações dos professores podem demonstrar inclinação tanto para o paradigma dominante quanto para o emergente, revelando formas híbridas de se constituir neste lugar de professor. Por exemplo, em uma situação de violência sofrida pelo professor por seu aluno em sala de aula, analisada a partir de relato obtido na entrevista, podemos observar características dominantes ou emergentes, pelo modo como o mesmo reage e lida com o aluno agressor. No caso, e considerando os extremos possíveis, se o mesmo promover o debate, a conversa, a compreensão do indivíduo e se preocupar em entender as percepções de mundo do aluno e como ele se relaciona em seu ambiente escolar, tentando solucionar os problemas de violência com diálogo, certamente este professor tem inclinação ao paradigma emergente. Aquele que não se interessa pela situação, não incentiva ou promove ações de diálogo escola-comunidade ou então que considera a violência escolar um caso de polícia está mais alinhado à ideia dominante.

Sobre os tipos de violência comuns na escola, levaremos em consideração dois textos: o artigo de José Vicente Tavares “A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias” (2001) e o texto de Bernard Charlot “A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão” (2002).

A partir do artigo de José Vicente Tavares “A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias”, de 2001, extraímos a dimensão de análise dos tipos de violência e retiramos algumas categorias de tipos presentes do ambiente escolar. Do autor Debarbieux, José Vicente apresenta os conceitos de “violência penal”, que seriam os crimes e delitos como extorsão, roubos, agressões, racismos e insultos, assim como a categoria de “incivilidades”, ou de “conflito de civilidades”, como o autor aponta a partir do texto de Charlot & Emin, de 1997, se referindo aos conflitos sociais e de códigos culturais nas relações de socialidade.

O critério de análise de “violência patrimonial” está presente na própria pesquisa de

José Vicente nas escolas municipais de Porto Alegre e refere-se ao patrimônio material da escola, o que se mostrou uma forma bastante comum de violência na pesquisa citada.

A violência contra professores e funcionários, que a pesquisa de Debardieux, de 1999, apresentou como em aumento nas escolas da França, também se tornou uma categoria.

De acordo com o artigo, parte da violência enfrentada na escola é reflexo da realidade da sociedade e principalmente da comunidade imediatamente mais próxima de cada escola. Por isso, uma das categorias que escolhemos foi observar a violência da comunidade para com a escola e a forma como a escola se relaciona com a comunidade para lidar com a violência. Por fim, acolhemos também o critério de “violência institucional” ou de “abuso de autoridade”. Citando Defrance, o autor classifica essa como uma “violência simbólica, pela qual a autoridade do poder e do saber professoral seria imposta aos estudantes (Defrance, p. 45).” (p. 109).

Segundo Charlot (2002), a questão da violência na escola não é um fenômeno novo: “no século XIX houve, em certas escolas do 2º grau, algumas explosões violentas, sancionadas com prisão” (Charlot, 2002, p. 432), assim como as relações bastante grosseiras entre alunos nos anos 50 ou 60. No entanto, o autor ressalta que as violências ocorridas na escola podem não ser novidade, mas elas assumem formas e dimensões inéditas. Charlot (2002) propõe um sistema de classificação dos episódios de violência na escola no qual identifica três tipos de manifestação: *violência na escola*, *violência à escola*, *violência da escola*.

A violência na escola se caracteriza dentro do espaço escolar, mas não está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar. Por exemplo, “[...] quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em outro local” (p. 434).

A violência à escola está ligada diretamente à natureza e às atividades da escola: “[...] quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente à instituição e aqueles que a representam” (p. 434). Nesse sentido, a violência à escola são os atos de depredação, furtos e roubos ao patrimônio da escola, etc. Essa classificação engloba também os atos de vandalismo que vêm de fora da escola contra a escola.

Caracteriza-se como violência da escola aquela em que a escola é tão e somente autora da ação e seus alunos vítimas. Segundo Charlot, “[...] a violência da escola se caracteriza na violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas,

de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos e racistas)” (Charlot, 2002, p. 435).

O artigo das autoras Zaluar e Leal busca entender a dupla manifestação da violência: a que aniquila os corpos das crianças jovens no Brasil e a que arruína suas mentes na medida em que não as capacita para enfrentar os problemas do mundo contemporâneo. Focaliza a violência no âmbito escolar, diferenciando violência física da psicológica, como modo de prescindir do conceito de violência simbólica. Ressalta a importância de se pesquisar e se compreender as atitudes e representações que a população pobre tem da escola e da educação, bem como a avaliação que os participantes do sistema escolar fazem dele como instrumento formador de *habitus*. Nas conclusões, aponta para a necessidade de retomada do debate sobre educação moral, sobretudo da autonomia moral na participação na vida pública.

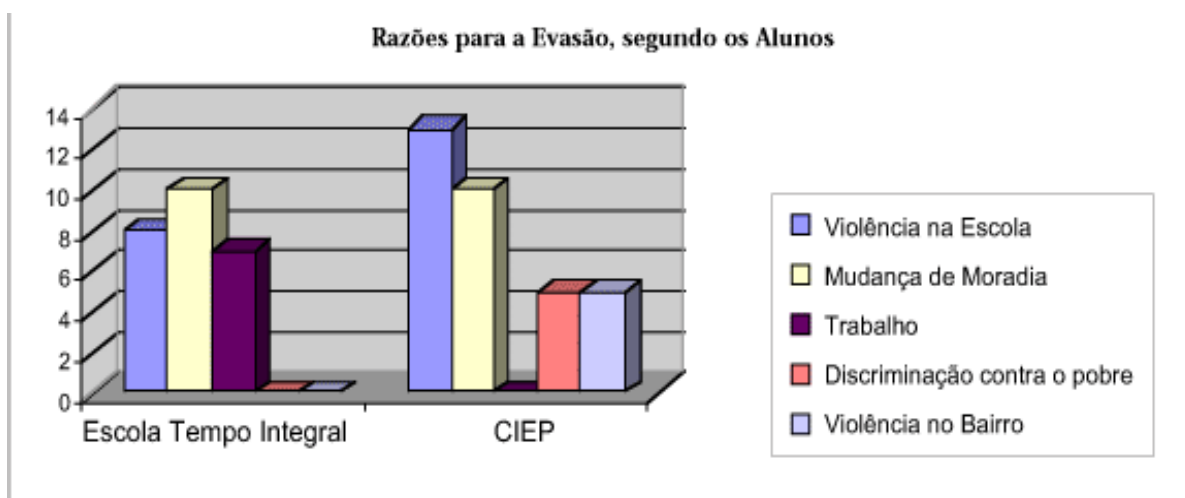
A questão moral é muito importante, e talvez a mais difícil de ser abordada, quando os exemplos por todos os lados são os piores possíveis. É impossível dissociar a violência extramuros da intramuros. Os estudantes carregam consigo, para dentro da escola, a maneira como tratam e costumam ser tratados do lado de fora. Assim, se convivem e sofrem a violência fora, é dessa forma que agirão dentro da escola.

Uma questão muito importante é que, segundo o SIM (sistema de informação sobre mortalidade), a taxa de mortes provocadas por armas de fogo na faixa de 15 a 19 anos (dentro das instituições) aumentou de 59 (por 100 mil habitantes) em 1980 para 184 em 1995. Já na faixa de 20 a 24 anos, aumentou de 111 para 276, o que é maior do que a taxa encontrada entre os negros norte-americanos da mesma idade.

Como se pode observar pelos dados acima, a violência vem crescendo assustadoramente e o desafio com o qual nos deparamos é o de desenvolver ações para refrear esse crescimento. O que é certo que essas ações devem ser adotadas em conjunto por todos os órgãos competentes, pois ações isoladas não terão qualquer resultado.

As autoras analisam o quanto o psicológico e a violência psicológica influenciam a criança e se refletem em suas ações, mostrando estudos sobre evasão, repetência e fracasso escolar (tabela retirada do artigo):

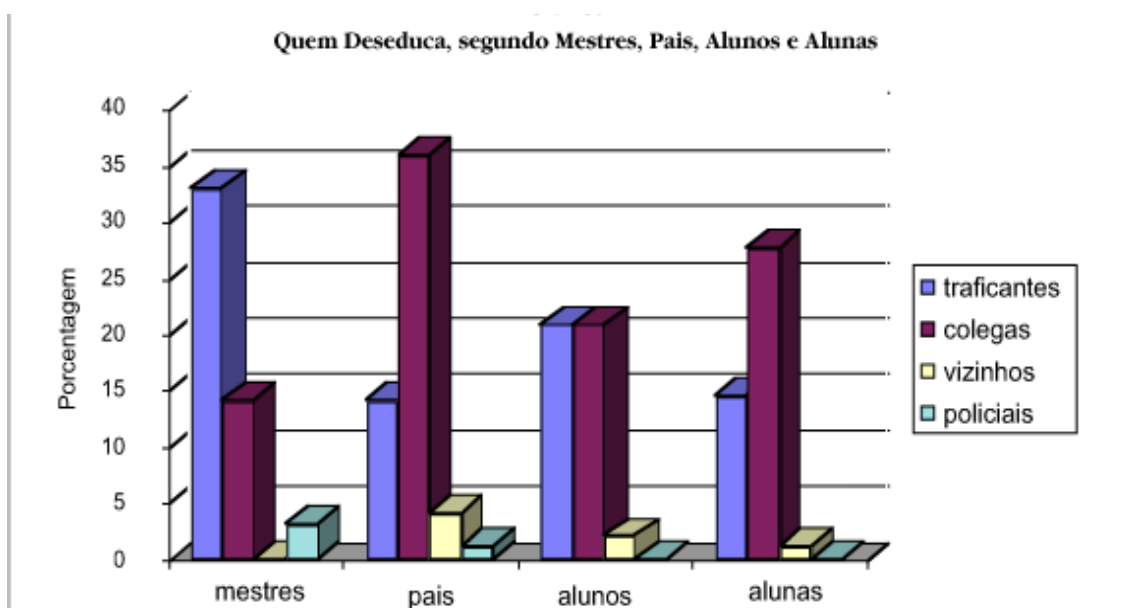
Figura 9 – Razões para evasão escolar segundo os alunos



Não é crível pensar que, ao entrar na escola, os alunos estejam a salvo de toda a influência externa. Os medos, as ameaças que possam ter sofrido, os acompanham a todo instante e em todo lugar. A incapacidade dos pais para lidarem com a situação de violência, e até mesmo dos educadores, propicia a proliferação desta, inclusive dentro da escola.

A pesquisa representada no gráfico abaixo (retirado do artigo) mostra o que os jovens, seus pais e as escolas pensam que sejam os fatores que mais influenciam a violência:

Figura 10 – Fatores que influenciam a violência



Dentre as categorias verificadas, destaca-se, em relação à 1ª questão, que a “violência na escola” é a mais presente entre as respostas dos professores, cerca de 46% deles a relatou. Em relação aos tipos de violência, foram detectadas diversas categorias, como: penal (nenhum caso foi registrado pelos professores), incivildades (11,4% dos casos), violência entre alunos (34% dos casos), patrimonial (4,5% dos casos), violência contra funcionários e professores (38,6% dos casos), violência da comunidade (4,5% dos casos) e violência institucional (da escola contra o aluno, 6,8% dos casos).

Os professores entrevistados foram classificados entre emergentes e dominantes, a partir da metodologia usada pelo professor para lidar com as questões de violência da sala de aula. Se ele é aberto à discussão e é democrático em relação aos alunos ou se ele se considera a autoridade máxima na sala sem aceitar a opinião dos alunos e utilizando os métodos tradicionais de ensinar e aprender, da antiga cartilha da educação bancária. A maior parte dos entrevistados se mostrou emergente (52%). Alguns professores não foi possível classificar, pois não eram tão óbvios seus posicionamentos. 48% dos professores entrevistados vivenciaram violência escolar, 28% sofreram, 3% sofreram e presenciaram algum tipo de violência e 22% não respondeu à questão.

Na segunda questão, os professores relataram diversas formas de como a escola age em cada caso de violência. Muitas delas recorrem aos órgãos públicos que podem intervir junto à escola para evitar problemas. Em algumas entrevistas, os professores relataram que não reagiram para evitar conflitos pessoais com os alunos, pois alguns deles são de escolas localizadas em periferias e acabariam agredindo os professores fora da escola como forma de demonstrar quem é o mais forte. Apenas 6% dos professores entrevistados relatou que a escola tem planos de prevenção para evitar maiores problemas com essa questão, sendo esses, geralmente, palestras, projetos contra *bullying*, projetos junto ao Conselho Tutelar e à Brigada Militar. Em boa parte dos casos, a direção apenas conversa com os alunos e acaba por chamar os pais. Não foram relatados casos de extrema violência dentre as escolas dos professores entrevistados.

Como foi feito na questão anterior, procuramos classificar os professores entre emergentes e dominantes para verificar a opinião deles sobre a forma como a escola lida com a violência, porém, muitos deles não responderam a esta questão, mostrando que preferem não intervir ou opinar na forma como a escola lida com esses casos, preferem deixar por conta da direção, para evitar problemas pessoais. Dos que responderam, verificou-se que apenas 18% se encaixaram como emergente e 6% como dominante.

Na terceira questão, 30% dos professores afirmaram que existe relação da comunidade

com a escola para lidar com os problemas de violência, 32% disseram que não existe e 16% não sabe se existe ou não respondeu. 42% relataram algum tipo de plano de prevenção que envolve escola e comunidade, tendo sempre envolvimento com o Conselho Tutelar e a Brigada Militar, além do SOE, que aparece atuando em apenas 4% dos casos. Os professores se mantiveram igualmente divididos em relação à característica de emergentes (54%) e dominantes (44%), o que permite avaliar que boa parte deles ainda procura não se envolver ou opinar em relação ao que diz respeito às atitudes da escola e a relação com a comunidade onde esta está inserida.

Ao estudar e pesquisar sobre a violência na escola, precisamos identificar elementos importantes. Ao trabalhar com o levantamento de dados coletados através das 50 entrevistas, notamos uma defasagem nos indicadores e variáveis utilizados no roteiro de entrevistas, que precisaria ter sido mais profundo para uma coleta de dados satisfatória, possibilitando uma maior análise deste assunto. Algumas informações como em que situação social e cultural a escola está inserida e que problemas esta enfrenta, como são as relações do aluno com o professor e como se dão as mobilizações contra a violência na escola, assim como quais os problemas que o aluno enfrenta na família e a comunidade. Os jovens nestas entrevistas não são somente os principais autores, mas são os únicos que aparecem nas citações de violência escolar. Porém, eles são também as principais vítimas dessas violências. Foi possível verificar que a incidência de 46,3% referente à violência na escola é cometida por jovens contra outros jovens e que a violência da escola, 14,8%, somada à anterior, corresponde a uma participação total de 61% da violência que atinge este grupo. Seria muito interessante buscar, a seguir, opiniões dos alunos sobre a violência da escola. Talvez o índice seja um pouco diferente dos 14,8% apresentados pelos professores.

Uma descoberta importante é que quase 50% dos professores entrevistados responderam que a escola onde trabalham não tem nenhum projeto de prevenção e/ou combate à violência. Sobre a pergunta 4, vemos que dos 28% dos professores que sofreram algum tipo de violência, 9 estão mais identificados com concepções dominantes e 6 com concepções emergentes.

Sobre os tipos de violência, vemos que a maior porcentagem encontrada, de 38,6%, foi a violência contra o professor e funcionários da escola pelos alunos. Em seguida, com 34%, está a violência entre alunos e com 11,4% as incivildades praticadas pelos alunos. Estes dados demonstram que o professor em sala de aula pode ser alvo de uma maior violência praticada pelos alunos. As variáveis deste evento estão relacionadas ao fato de o professor ter uma relação direta com os alunos por mais tempo, no qual se tornam suscetíveis a possíveis

confrontos com os alunos, resultantes das diferentes interações com os mesmos, que dependem de componentes sociais, culturais, econômicos e psicológicas dos alunos e dos professores envolvidos.

Em relação às categorias de prevenção e combate à violência, procuramos mostrar as formas como a escola e a comunidade lidam com estes problemas, que devem ser tratados com muita delicadeza, tanto por professores e diretores das escolas, quanto pela comunidade. As principais medidas tomadas pelas escolas são a prevenção e/ou combate, no intuito de tentar sua diminuição, já que a cada dia são registrados mais casos de violência do âmbito escolar, não somente de violência física, mas também psicológica, verbal, entre outras.

O principal ato contra a violência escolar é a prevenção, geralmente ocorrendo em parceria entre a escola e os responsáveis dos alunos, envolvendo-os (desde as séries iniciais até o Ensino Médio) em atividades, palestras e conversas. Vivemos em um país capitalista onde a maioria das pessoas está preocupada em ganhar seu dinheiro para pagar seu sustento, deixando o papel de educar os filhos para a escola, sem as crianças terem uma base de educação vinda de casa, de respeito, responsabilidade, higiene, entre outros.

No combate à violência, a integração com a comunidade ajuda a fazer com que o aluno passe a respeitar o papel social da escola e a reconhecer que aquele espaço é de todos. As escolas oferecem atividades esportivas e culturais, que podem ser feitas em parcerias que articulem o trabalho extracurricular com a aprendizagem de conteúdos e que valorizem a história e as culturas locais.

Foi muito interessante elaborar esta pesquisa, tínhamos em mãos um material muito rico e, com base nas respostas deles, sabemos como é a profissão que exercemos e, de certa forma, o que nos espera logo ali adiante. Ao realizar as entrevistas, pudemos perceber que a realidade do ensino público no Brasil muda de escola para escola. A comunidade, os professores e os alunos é que fazem a escola e são diferentes conforme a realidade social.

Tivemos a experiência de conhecer novas visões e opiniões e saber como o professor vê seus alunos e a escola onde trabalha, se consegue separar a realidade de cada um e levá-la para a instituição, se tenta fazer a diferença, mudar relações e ajudar os jovens até no momento extraclasse. Foi interessante conhecer situações que puderam confirmar ainda mais o que já sabíamos sobre as diferenças de violência e de formas de lidar com ela no ensino público e privado e diferenças de bairros pobres para nobres.

Os professores que entrevistamos têm muita diferença de anos de magistério e de área em que trabalham. Isso com certeza influencia na forma como eles enxergam a escola e seus alunos. A forma como cada um encara a violência na escola mostrou que, independente do

tempo de magistério ou da área em que atuam, a visão deles não é apenas de professor, mas também de pai, aluno que foi e de cidadão, com todas as complexidades e variáveis de posicionamentos e comportamentos.

No dia 31 de outubro de 2013, nossa turma na disciplina de Educação Contemporânea recebeu uma palestra com a Prof^a Maria Angélica Leal sobre o tema Violência na Escola. A professora explanou sobre a atividade que está desenvolvendo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dolores Caldas, localizada no Bairro Restinga Nova, no município de Porto Alegre.

O trabalho está sendo realizado junto à UniRitter, com estudantes voluntários do curso de Direito da instituição, que realizam uma atividade com algumas turmas tendo como objetivo melhorar o relacionamento entre alunos e professores dentro da sala de aula. A experiência visa usar a ideia Justiça Restaurativa para intervir junto à turma para resolver os problemas que a esta enfrenta no dia-a-dia.

Uma roda de conversa é feita, na qual todos os alunos se enxergam e têm direito de falar quando um objeto de fala, escolhido pelo grupo, está em posse dos integrantes do círculo. Foi relatado pelos alunos do curso de Direito que conduzem a atividade que, nas primeiras rodadas, os alunos falam pouco e alguns passavam a vez sem deixar sua contribuição quanto à questão que está sendo discutida.

De acordo com os relatos que a Prof.^a Maria Angélica deu durante sua palestra, após um tempo, os alunos se acostumavam com a ideia de resolver seus problemas entre eles e com a escola conversando e que já por duas vezes um aluno solicitou que fosse realizada a roda com a turma. Isso mostra que as rodas estão possibilitando aos alunos que eles percam o “medo” ou a “vergonha” de expor sua opinião perante os colegas e esse pode ser um caminho para resolução de conflitos e prevenção de violência.

Nas entrevistas realizadas, nos chamou a atenção um professor que trabalha em uma escola de periferia, que passa por problemas muito maiores do que os de dentro de sala de aula. O fato de ele conseguir uma resposta positiva dos alunos quanto a um trabalho, um projeto realizado, faz bem para ele. Conseguir fazer uma criança que não tem apoio em casa (ou até que não tem casa ou família) querer ir à sua aula é algo satisfatório demais e mostra o quão encantadora é esta profissão.

Embora este trabalho tenha levado em consideração apenas a visão dos professores, ainda assim, foi possível identificar na análise das respostas que a situação de violência escolar é uma realidade que não deve ser negligenciada, é de suma importância que as autoridades públicas, educadores, família e sociedade estejam unidos para enfrentar essas

situações que ocorrem dentro das escolas.

3.3 PROJETOS DE APRENDIZAGENS EM AMBIENTES DIGITAIS

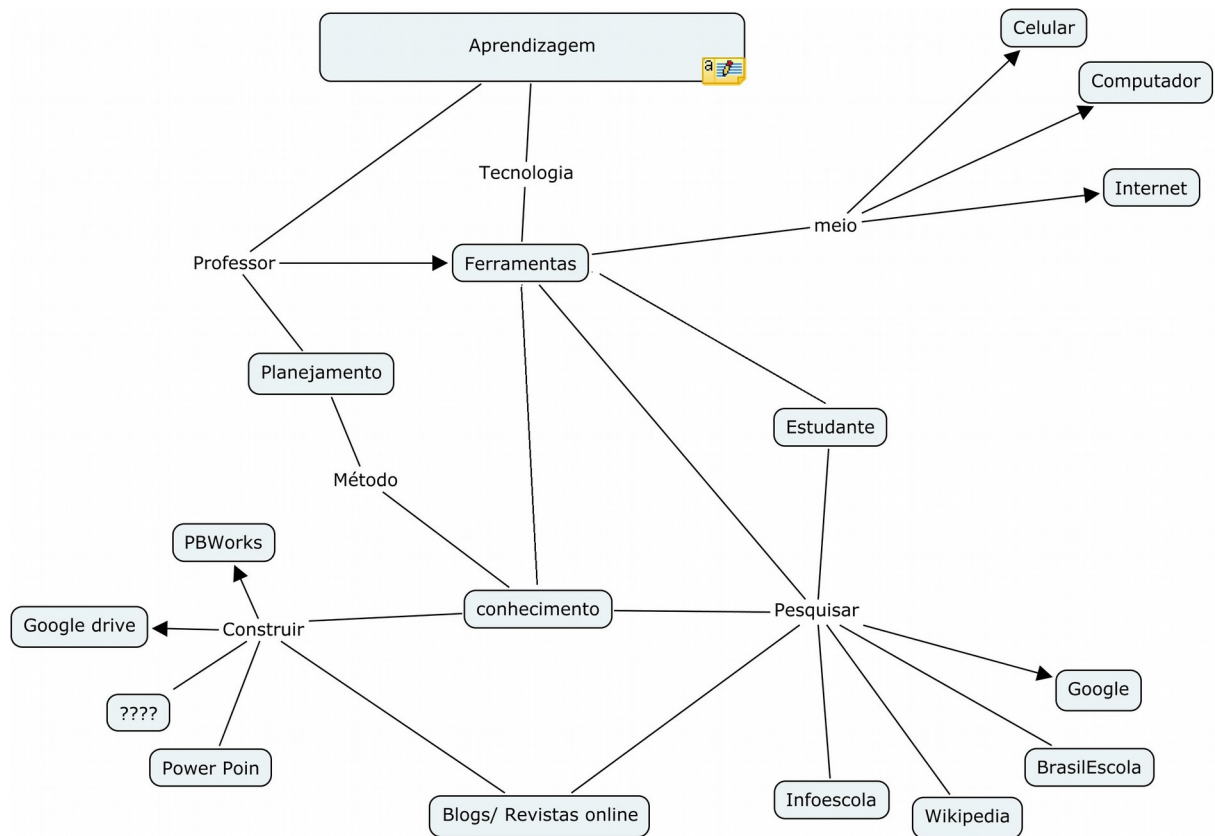
Tive oportunidade de realizar uma pesquisa sobre o uso das tecnologias de comunicação em sala de aula com diversos professores, em uma disciplina da FAGED sobre Projetos de Aprendizagens em Ambientes Digitais, ministrada pelo professor Crediné Silva de Menezes, em 2014, através da plataforma colaborativa PBworks – <http://aprendizagemtecnologica.pbworks.com/>.

O foco da disciplina era nos instrumentalizar para aproveitar os espaços digitais na realização de atividades pedagógicas, o que fizemos através de um projeto de pesquisa para, na prática, vivenciar a experiência de realizar um projeto em ambientes virtuais. A pesquisa do grupo de que fiz parte, com as colegas Aura Campos e Adriana Olmos, foi a Aprendizagem Tecnológica. Iniciamos com a pergunta motivadora: Como tornar o ambiente escolar e a aprendizagem mais interessantes com o uso das tecnologias?

Realizamos um plano de ação, com um cronograma, e dividimos a pesquisa em unidades de trabalho para observar a relação dos estudantes e dos professores com as tecnologias de comunicação e informação. Criamos um diário de bordo, onde registrávamos tudo que incluíamos e nossas contribuições. Também criamos um mapa conceitual inicial através do CmapTools, um software gratuito para criar e editar mapas conceituais.³

Figura 11 – Mapa conceitual

³ Disponível em: <http://cmap.ihmc.us/download/>.



A partir disso, iniciamos nossa pesquisa elencando certezas provisórias e dúvidas temporárias:

Certezas e Dúvidas

- a) Os estudantes têm acesso às tecnologias e as utilizam diariamente por motivos diversos;
- b) Os estudantes leem cada vez menos;
- c) Muitos professores utilizaram a tecnologia apenas como um substituto dos recursos tradicionais;
- d) A relação da juventude atual com a tecnologia dificulta a atenção na sala de aula;
- e) Como utilizar tecnologia como ferramenta em sala de aula sem que sua utilização se torne o foco da atividade?
- f) De que forma podemos orientar os alunos a filtrar o conteúdo que há na internet?
- g) Que tipos de aplicativos existem pensados para contribuir com o aprendizado dos conteúdos escolares?

- h) Como fazer com que os alunos utilizem a tecnologia como ferramenta para construção de conhecimento para além dos usos nas redes sociais?
- i) Como utilizar as redes sociais como ferramenta educacional sem perder o foco?
- j) Até que ponto o uso exacerbado das redes sociais reflete uma sociedade que está dependente em controle e exposição social?

Aplicamos questionários com alunos e professores de Porto Alegre e região metropolitana sobre seus hábitos em relação ao uso de internet, dentro e fora da sala de aula.

O questionário aplicado aos estudantes, de metodologia quantitativa com perguntas de múltipla escolha, presente no apêndice, foi respondido por mais de 150 estudantes da educação básica de diferentes escolas, principalmente de uma escola rural em que a colega Adriana Olmos dava aulas na ocasião, com alunos do ensino médio e idades entre 15 e 18 anos.

Nos gráficos apresentados abaixo, produzidos com os dados que obtivemos, pudemos verificar que a tecnologia está presente na vida destes alunos e que estes passam boa parte do dia conectados.

Gráfico 4 – Onde estudantes têm acesso à internet

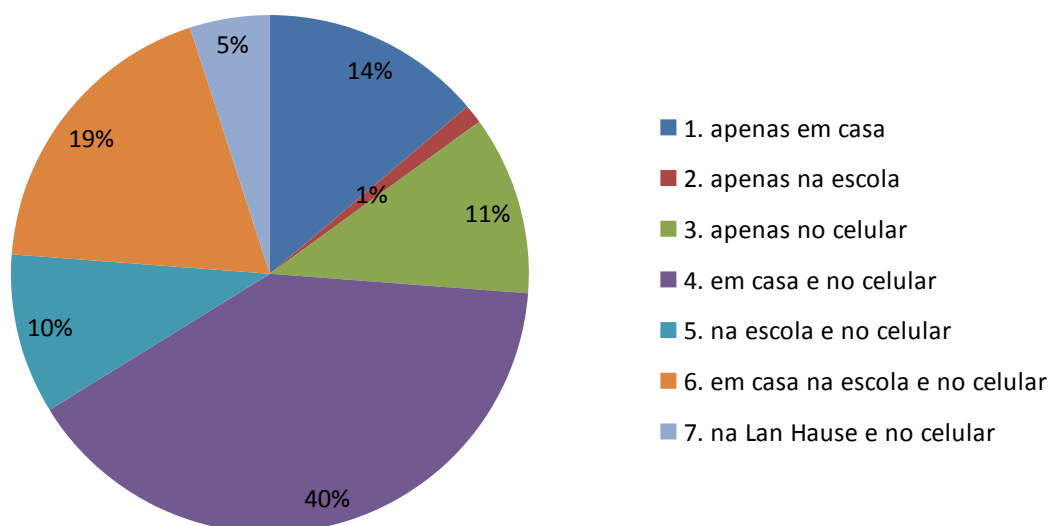


Gráfico 5 – Tempo que passam conectado diariamente

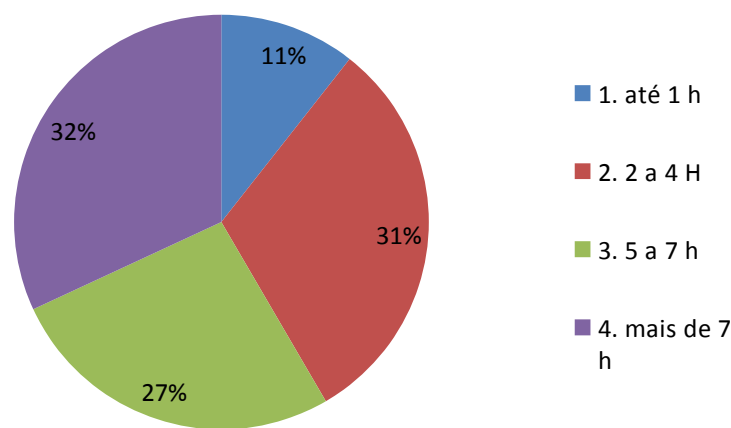


Gráfico 6 – Acesso às redes sociais através do telefone celular

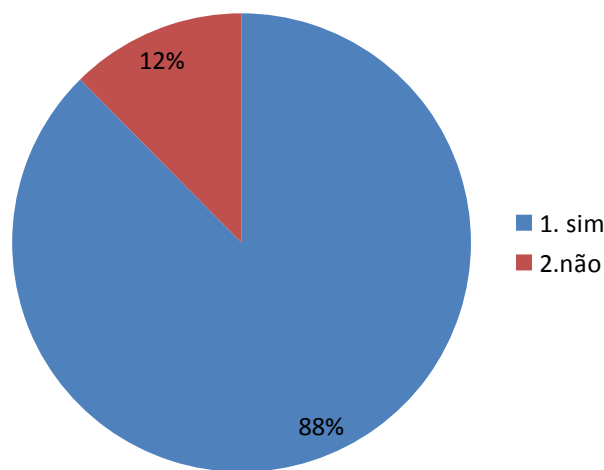
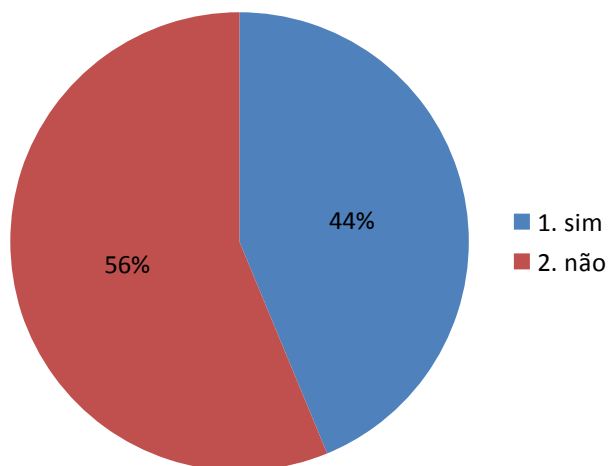
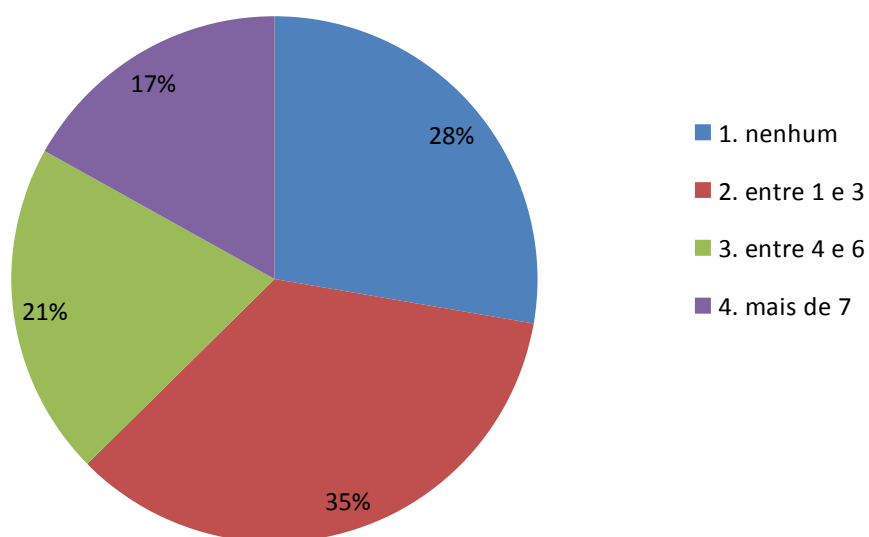


Gráfico 7 – Favorável à proibição do uso de aparelhos celulares durante a aula por atrapalhar a concentração?



Nota-se a importância que as redes sociais têm na vida destes alunos, já que no gráfico 11 vemos que 88% têm acesso através do celular. O gráfico 12 mostra o pequeno número de livros que estes alunos leem por ano.

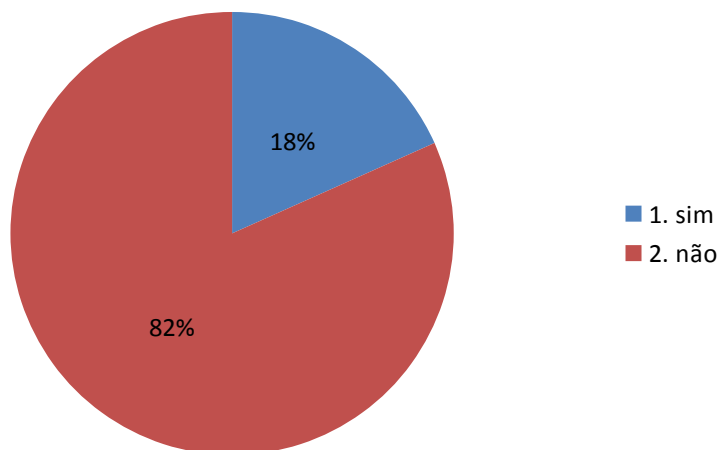
Gráfico 8 – Quantos livros você lê por ano



De acordo com o levantamento, os alunos, em sua grande maioria, alegam que a linguagem virtual não os confunde na hora de escrever uma redação, porém, tal fato não é

confirmado pelos professores de português e literatura da mesma escola.

Gráfico 9 – Confusão por uso de linguagem virtual (ex: "vc", "tbn", "hj")



Interessante observar que a maioria deles conhece mecanismos para verificar a confiabilidade de sites. Podemos ver a grande preferência por realizar as pesquisas escolares através da enciclopédia colaborativa Wikipedia.

Gráfico 10 – Sites que costumam utilizar quando faz pesquisas na internet

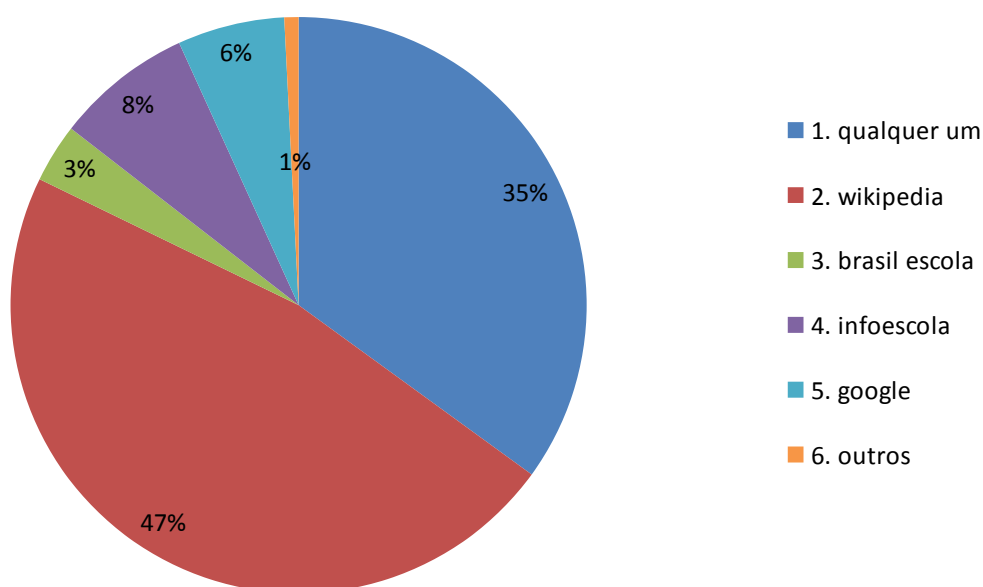
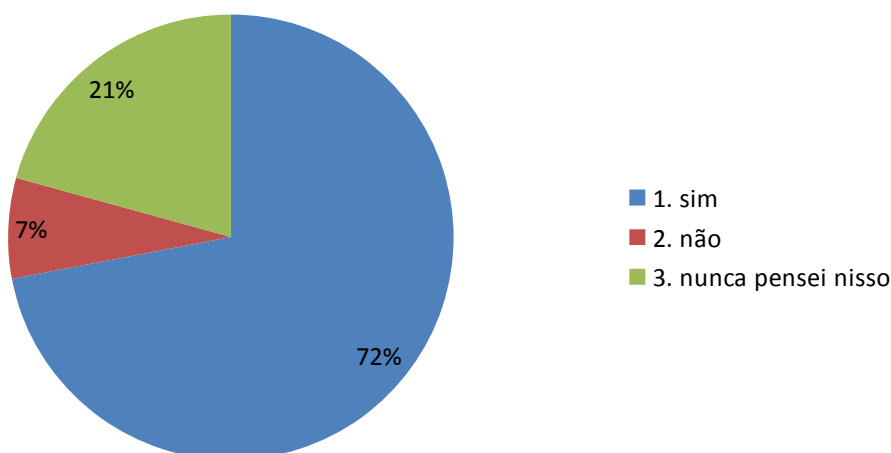


Gráfico 11 – Verifica se informação retirada da internet é confiável



As perguntas realizadas aos professores foram de cunho qualitativo, com respostas descritivas:

- Como você lida com o uso de celular pelos alunos em sala de aula?
- Você utiliza ferramentas digitais para trabalhar os conteúdos da sua disciplina?
Com que frequência? Quais ferramentas?
- Você estimula os alunos a realizarem pesquisa através da internet?
- Quais outras ferramentas tecnológicas você introduz nas atividades dos estudantes?

Ao final da pesquisa, para além de nos capacitarmos na utilização da ferramenta Pbworks e na dinâmica de trabalho com projetos de aprendizagem em ambientes digitais para aplicá-la com estudantes, chegamos a algumas conclusões em relação às dúvidas e certezas do início:

– Os estudantes leem cada vez menos.

Conforme os resultados da nossa pesquisa, isso está correto. Em pesquisa feita em 2011, pelo Ibope Inteligência para o Instituto Pró-Livro, também se observa que muitos estudantes não têm o hábito da leitura. A maioria dos alunos que lê o faz por obrigação escolar. O aumento do acesso à internet no período da realização dessa pesquisa parece não estar diretamente ligado a este fato. Do universo de jovens entrevistados para a pesquisa, ao serem questionados sobre o que gostam de fazer em seu tempo livre, 85% responderam que

assistem televisão. Escutar música (52%) aparece em segundo lugar, seguido por ‘descansar’ (41%). Já 44% dos jovens se reúnem com amigos e familiares, enquanto 38% assistem vídeos e 34% saem com os amigos. Apenas 28% deles responderam que gostam de ler. Ainda nesta lista, aparece navegar na internet, praticar esporte, fazer compras, passear em parques e praças, jogar videogames, desenhar e pintar, entre outras atividades.

O relatório dessa pesquisa endossa a importância da leitura: “Por meio da educação e da leitura, acreditamos ser possível inverter diametralmente a classificação do Brasil em relação a outros países, que, apesar de estar classificado entre as dez maiores economias do mundo, figura entre os últimos quanto à educação e ao desenvolvimento humano. Nenhum país constrói cidadania sem educação de qualidade e sem leitura.”⁴

– Os estudantes têm acesso às tecnologias e as utilizam diariamente por motivos diversos.

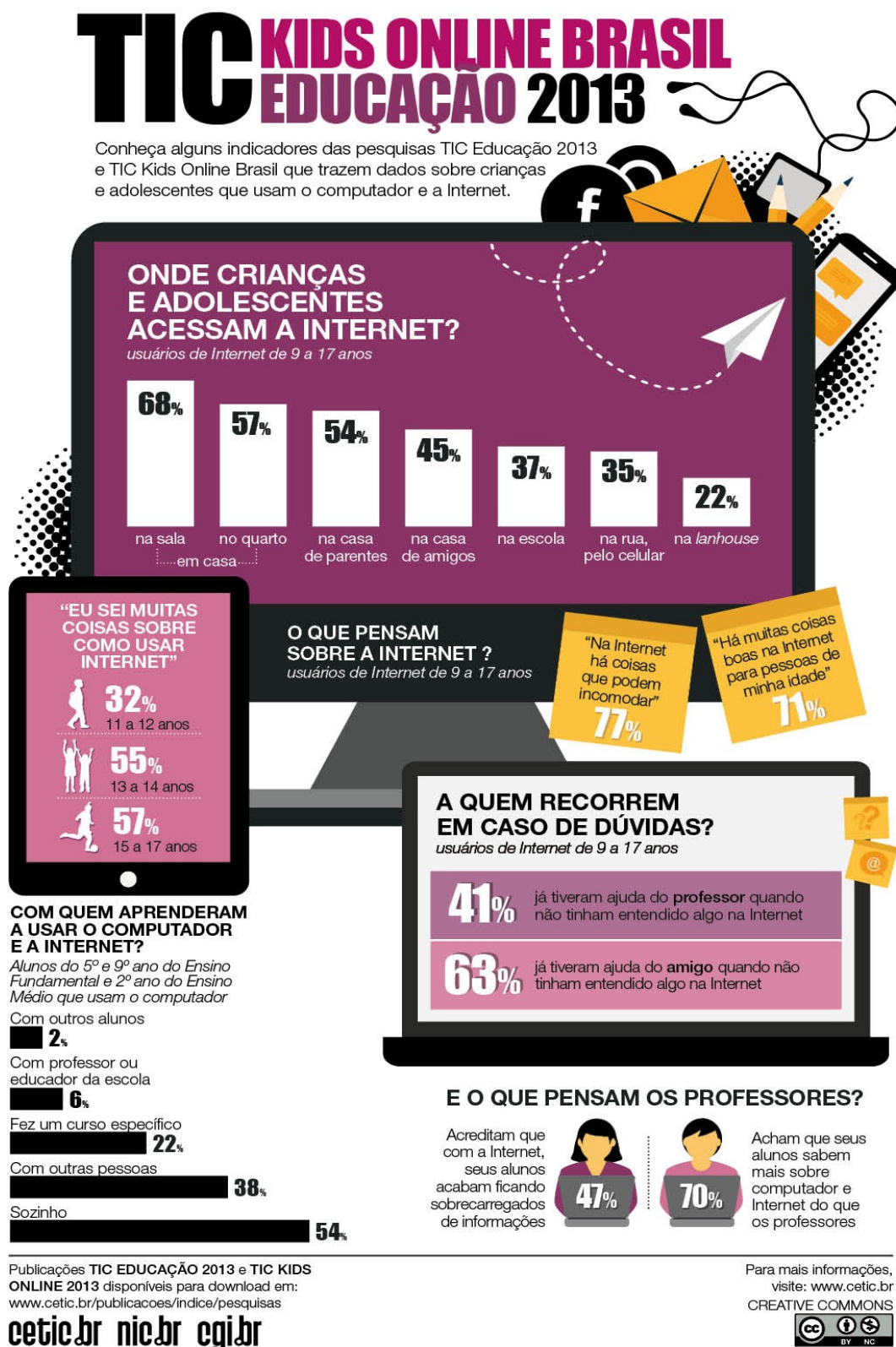
Com o acesso à rede se tornando cada vez mais abrangente, jovens de todas as idades passam cada vez mais tempo conectados. Os motivos vão desde jogos virtuais até comunicação com os amigos. O uso das tecnologias é indubitavelmente parte da realidade de quase todos os jovens.

“A pesquisa TIC Domicílios é realizada anualmente desde 2005 com o objetivo de mapear o acesso à infraestrutura TIC nos domicílios urbanos e rurais do país e as formas de uso destas tecnologias por indivíduos de 10 anos de idade ou mais. A partir de 2013, a TIC Domicílios também incorporou em seu escopo a TIC Crianças, que investiga o uso de TIC entre indivíduos de 5 a 9 anos.”⁵

⁴ Fonte: <http://www.premiorbsdeeducacao.com.br/2014/08/17/vamos-aumentar-os-indices-de-leitura-do-brasil-22/>.

⁵ Fonte: <http://www.cetic.br/media/analises/tic-domicilios-2013.pdf>.

Figura 12 – Pesquisa uso de TICs



– A relação da juventude atual com a tecnologia dificulta a atenção na sala de aula.

Alguns professores e especialistas acreditam que o que o uso excessivo do celular ameaça o desempenho do aluno. Segundo o artigo, a dispersão nas aulas é uma ameaça anterior à invasão dos smartphones: “O aluno sempre teve [...] recursos para não prestar atenção na aula, como dormir, conversar ou trocar bilhetes”. No entanto, smartphones podem ampliar a dispersão e são considerados um “mal necessário”. Se o aluno estiver interessado no conteúdo, ficará atento. Conforme nossas pesquisas, através de questionário com alguns professores, se o uso de smartphones for monitorado e utilizado com propósitos pedagógicos, é válido, e pode inclusive, colaborar na aprendizagem.⁶

– Como utilizar tecnologia como ferramenta em sala de aula sem que sua utilização se torne o foco da atividade?

Utilizar ferramentas tecnológicas no ambiente escolar pode ser vantajoso se tiver um objetivo pedagógico e a atividade for tão bem planejada quanto explorada. Os recursos digitais podem proporcionar oportunidades dinâmicas e acessíveis de interação e criação.

Algumas sugestões encontradas através de pesquisa sobre integração de recursos tecnológicos em sala de aula (quando se conta com infraestrutura adequada) são⁷:

- Interação direta através de redes sociais;
- Participação através de outros recursos, como vídeos;
- Navegação online para procurar informação, utilizando *podcasts*, por exemplo;
- Desenvolvimento de pesquisas para fazer projetos;
- Utilização de eventos reais;
- Retomada do que foi estudado, através de um vídeo, por exemplo, para posteriormente ser usado como guia de estudos;
- Iniciar um blog colaborativo.

– De que forma podemos orientar os alunos a filtrar o conteúdo que há na internet?

Em razão da grande informalidade que domina o ambiente da internet, a maioria das fontes não disponibiliza informações técnicas que podem dar credibilidade ao assunto. “A informalidade, que por um lado incrementa a comunicação, por outro, aumenta o número de fontes voláteis na rede.”.

Podemos encontrar qualquer tipo de informação na internet com extrema facilidade,

⁶ Fonte: http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=9429&sid=18#.VFmRE_ldXUU.

⁷ Fontes: <http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2012/05/09/928332/7-dicas-usar-tecnologias-em-sala-aula-e-manter-atenco.html> e <http://www.edutopia.org/technology-integration-guide-implementation>.

porém o volume incomparável de fontes disponíveis atualmente pode dificultar a seleção e julgamento das informações disponíveis para as pessoas. Em um mar de informações, é necessário saber orientar os nossos alunos para avaliar o que é relevante, válido e confiável.

Antes da internet, quando se tinha que localizar informação sobre determinado assunto, a busca era feita em enciclopédias e livros. Atualmente, contamos com a Wikipédia, um dos mecanismos de busca mais famosos da internet, que apesar de poder ser editado e alterado por qualquer pessoa, ainda assim, passa por um processo de certificação de editores que buscam a veracidade dos dados. Muitos artigos contam com observações como “esta informação não conta com referência”, o que já nos fornece uma ideia quanto à credibilidade.

O Google Acadêmico é outra opção de recurso para pesquisa que fornece artigos e livros que podem ser consultados. Artigos publicados em revistas científicas online também manifestam credibilidade pelo fato de passarem por uma avaliação criteriosa antes de serem publicados.⁸

– Como utilizar as redes sociais como ferramenta educacional sem perder o foco?

Sim, as redes sociais podem ter uma finalidade educativa se monitoradas. Abaixo, seguem algumas formas de usar as redes sociais como aliada da aprendizagem, assim como alguns cuidados a serem tomados⁹:

- Fazer a mediação de grupos de estudo;
- Disponibilizar conteúdos extras para os alunos;
- Promover discussões – o tempo que os alunos passam na internet pode ser aproveitado para promover debates interessantes sobre temas do cotidiano ajuda os alunos a desenvolverem o senso crítico e incentiva os mais tímidos a manifestarem suas opiniões;
- Elaborar um calendário de eventos – Os calendários das redes sociais podem ser utilizados para lembrar os alunos sobre as entregas de trabalhos e datas de avaliações. Porém, vale lembrar: eles não podem ser a única fonte de informação sobre os eventos que acontecem na escola, em dias letivos;
- Organizar um chat para tirar dúvidas online, com a facilidade de reunir os alunos em um mesmo lugar sem que haja a necessidade do deslocamento

⁸ Fonte: Avaliação de Fontes de Informação da Internet: Critérios de Qualidade – <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/293/216> e <http://www.gentequeeduca.org.br/planos-de-aula/melhores-praticas-para-pesquisar-na-internet>

⁹ Fontes: <https://www.ufpe.br/nehte/simposio/anais/Anais-Hipertexto-2010/Veronica-Danieli-Araujo.pdf> e <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/redes-sociais-ajudam-interacao-professores-alunos-645267.shtml> e <http://www.teachthought.com/technology/100-ways-to-use-facebook-in-education-by-category/>.

físico.

– Que tipos de aplicativos existem pensados para contribuir com o aprendizado dos conteúdos escolares?

Através de pesquisas, pudemos constatar que existem diversos aplicativos voltados para o professor poder organizar e registrar suas aulas, como o Google Keep, Padlet, Zoho Creator e Evernote. Referente a aplicativos direcionados a conteúdos pedagógicos, dependendo do tópico, existem alguns para tablets, através do sistema Android / IOS, disponíveis para download gratuito ou, algumas vezes, pago.

Neste link, estão alguns desses aplicativos, que vão desde revisões do ENEM e prática de tabuada até aprendizagem de idiomas e de violão: <http://www.windowsphone.com/pt-br/store/top-free-apps/educação/education>.

Há também uma ferramenta voltada para criação de jogos educativos com que o professor pode desenvolver jogo sobre um determinado conteúdo utilizando imagens, fotos e áudio. O e-Adventure, plataforma criada como um projeto de pesquisa por uma universidade de Madrid, nos traz essa possibilidade. A utilização não é tão simples assim, mas um site brasileiro fez um tutorial em português ensinando a utilizar a plataforma: <http://opcaodigital.blogspot.com.br/2013/01/e-adventure-ferramenta-para-criar-jogos.html>?
m=1.¹⁰

3.4 RELATOS DO ESTÁGIO DOCENTE:

Este relato se refere à minha experiência de estágio docente curricular obrigatório para formação na Licenciatura, desenvolvida no ano de 2015 no Colégio Estadual de Ensino Médio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, nas aulas de sociologia com estudantes de 6 (seis) turmas do 3º ano do turno da manhã, sob tutoria da professora titular da disciplina, prof.^a Genny Paz M., e sendo orientada nas disciplinas de Estágio I e II pela professora da UFRGS Rosimeri Aquino da Silva.

Atualmente, o colégio Júlio de Castilhos é talvez a maior instituição de ensino do estado, com cerca de 2900 alunos. O prédio tem três andares além do andar térreo, onde funcionam a diretoria, secretaria, biblioteca, SOE e SOP e a sala dos professores e, em cada

¹⁰ Fonte: <http://revistaescola.abril.com.br/blogs/tecnologia-educacao/category/dica-de-aplicativo/>.

um dos andares acima, funcionam as salas de aula de cada ano do Ensino Médio. As condições físicas são bastante ruins, a escola inteira só tem três funcionárias terceirizadas para a limpeza, o prédio tem problemas de infiltração, o elevador não estava funcionando no primeiro mês em que estive lá, assim como a sineta que anuncia a troca de período. Os banheiros muitos sujos, sem papel higiênico ou sabonete e, provavelmente o prédio não passa por reformas há muito tempo. Além disso, as salas têm alguns ventiladores, mas a maior parte não funciona. As portas das salas são de metal pesado e lembram as do sistema de encarceramento da FASE, principalmente quando são chaveadas no intervalo para manter a segurança dos pertences dos alunos. Vê-se muitos vidros quebrados, paredes pichadas, lixo pelo chão e as salas de aula das turmas não pode ser mais simples, com classes bastante antigas e enferrujadas, apenas um quadro branco de escrever com caneta e um armário de ferro onde ficam alguns livros didáticos. Os livros de sociologia eram os únicos que não haviam sido distribuídos nas salas em final de abril de 2015.

Conversando com a supervisão da escola e com a professora de sociologia que orientou meu estágio, soube que o repasse de verba de 20 mil reais anuais feito pelo governo do estado havia sido reduzido para 5 mil naquele ano. A equipe diretiva havia assumido a instituição na metade do ano anterior, quando a direção eleita abandonou a gestão, e algumas pessoas se dispuseram a “tocar para não deixar a escola abandonada ou nas mãos da Secretaria de Educação”, como uma das supervisoras pedagógicas com quem falei, que costumava dar aulas de história e geografia antes de assumir no SOP, afirmou.

Os recursos pedagógicos que a professora de sociologia utiliza são o livro didático, a sala de vídeo e a sala de informática, que geralmente tem pouca disponibilidade e muitos computadores estragados. Como sabe que poucos alunos têm internet em casa, graças a um levantamento feito com eles no início do ano letivo, não pede que realizem atividades de pesquisa fora do horário das aulas, incentivando o uso da biblioteca. Ela disse que todos os professores receberam tablets para trabalhar com os alunos em aula, mas que ela nunca usou, diz que está guardado em casa, afirmando que tem seu próprio smartphone com internet 3G, caso precise pesquisar. Mas ela reclama muito com os alunos quando estão com celular em sala de aula. Em certa situação, até me perguntou como era a relação com o celular nas salas de aula da universidade, ao que afirmei que era como na escola, alguns professores usavam como ferramenta, outros não davam bola e outros eram muito contra, evocando leis, inclusive.

Na sala de informática, a professora organiza os grupos para apresentarem países na Feira das Nações da escola. A professora me diz que adora esses momentos de pesquisa, pois neles eles misturam conhecimentos de áreas diferentes. Eu concordo. Comentários sobre a

monarquia na Bélgica e a diferença entre igreja católica e anglicana na mesma aula e a construção da relação entre esses tópicos só são possíveis por estarmos realizando uma atividade interdisciplinar e com o uso de tecnologias. Ela caminha entre os grupos nos computadores orientando as buscas, apesar de eu achar que ela poderia ter indicado sites de busca confiáveis e outras sugestões de orientação. Acredito que há melhores formas de conduzir proveitosamente uma atividade com essas ferramentas, a exemplo de absurdos que vi de alunos tirando fotos da tela com o celular e das alunas que pesquisavam a França copiando o conteúdo do site no caderno, sem a professora nem ter comentado que elas poderiam abrir uma página de Word pra digitar o trabalho, mandar por e-mail para as colegas, abrir um Google Docs para escreverem coletivamente, utilizarem PBworks, ou mesmo fazerem um grupo no Facebook, qualquer ferramenta de compartilhamento e criação coletiva. A professora também não pede que guardem como referências bibliográficas os links dos sites pesquisados, até para conferir o que é produção deles e o que é cópia. Em um grupo por onde passo, em que os alunos deviam pesquisar a Alemanha, vejo que ficam jogando futebol no computador. Passado algum tempo, ao verem o grupo jogar, outros dois grupos passam a fazer o mesmo, enquanto um terceiro grupo faz busca no Google Earth em seus bairros.

Uma professora de línguas que observei em sala de aula pediu uma atividade de tradução e distribuiu dicionários ao mesmo tempo em que colocou no quadro links de dicionários online para quem tivesse internet no celular. Ela chega a propor que na próxima aula façam um exercício na sala de vídeo de assistir jovens espanhóis falando para exercitar a conversação. Andava com um tablet na mão enquanto falava com as duplas, com um dicionário aberto nele, no começo da aula, mas depois se senta e lixa as unhas o resto do período. Pela forma como ela dava diretamente a resposta das perguntas dos alunos via-se que não estava de fato estimulando que eles utilizassem a tecnologia ou mesmo procurassem a resposta eles mesmos no dicionário.

Em certa ocasião, no início do ano, aventei à professora a possibilidade de criar um ambiente virtual de compartilhamento no Facebook, ao que ela foi imediatamente contra por acreditar que não era apropriado se relacionar no ambiente da vida privada com os alunos, para autopreservação. Lembro-me de ter criado uma página de perguntas de vestibular para estudarem e colocar meu e-mail na base, caso tivessem dúvidas. Antes de imprimir a folha para entregar aos alunos, a professora apagou meu e-mail. No final do ano, “passei por cima” dessa restrição, fiz uma fala em cada uma das 6 turmas em que estagiei e pedi os e-mails pessoais dos alunos para enviar o link do grupo que criei no Facebook. Muitos aderiram, mas a experiência foi muito nova para eles e, enquanto uns achavam que aquilo era um trabalho

que valia nota, outros sabiam e nem entravam, por desinteresse ou falta de tempo visto que estávamos próximos do período do vestibular. Quem participou mesmo assim se envolveu pouco. Alguns alunos chegaram a dizer que melhor seria criar um grupo no Whatsapp, já que era a ferramenta que mais usavam. Houve greve dos professores no meio do ano letivo, o que contribuiu para o pouco envolvimento, mas tive a oportunidade de organizar um seminário sobre ações afirmativas com os alunos, trazendo movimentos da UFRGS para lembrar a importância histórica das cotas, o que manteve nosso envolvimento e contato.

3.5 RELATOS DE EXPERIÊNCIA DOCENTE

Durante os anos de graduação em Licenciatura, tive a oportunidade de entrevistar, em quatro diferentes ocasiões, duas professoras da Educação Básica que se propuseram a contribuir com as minhas atividades acadêmicas em pesquisas solicitadas nas disciplinas de Sociologia do Trabalho (2012), ministrada pela professora Naira Lápis, Educação Contemporânea: Currículo, Didática e Planejamento (2013), com a professora Dóris Maria Luzzardi Fiss, Ensino e Identidade Docente, com a professora Marie Jane Soares Carvalho, e Seminário: Educação, Trabalho e Profissão (2016), com o professor Rafael Arenhaldt.

Trago a seguir uma síntese interpretativa desses encontros, tendo alguns sido gravados em vídeo (http://youtu.be/IOD-VAg4M_I) e outros apenas em áudio. A maior parte das entrevistas foi semiestruturada e realizada nas casas das entrevistadas.

A Entrevistada 1 é Berenice Terezinha Borges Braun, tem 62 anos de idade, 43 anos de magistério e é formada em licenciatura em História. É aposentada desde 2007 como professora do Estado do Rio Grande do Sul e desde 2013 dos Municípios de Gravataí, Esteio e Sapucaia, tendo trabalhado ainda como professora em uma escola particular cooperativada no distrito de Morungava. Trabalhou primeiramente com alfabetização durante 12 anos, passando nos anos 90 para o Ensino Fundamental e Médio, dando aulas de história, geografia, sociologia e filosofia. Foi também vice-diretora e supervisora escolar.

A Entrevistada 2 é Nina Becker, tem 27 anos, tem 4 anos de magistério, é formada em licenciatura em sociologia e cumpre 20h em uma escola estadual de Ensino Médio em Porto Alegre, ministrando aulas de sociologia, ensino religioso e seminário integrado. Hoje, ela também dá aulas no cursinho popular pré-universitário, também em Porto Alegre, tendo trabalhado anteriormente em projeto social educacional na prefeitura de Canoas.

A entrevistada 1 conta que quando era criança sua mãe morreu e ela e dois irmãos mais novos foram criados por seu avô, tinha um negócio na cidade de Morungava, onde pelas manhãs as professoras que chegavam de Porto Alegre muito cedo por falta de oferta de ônibus e se reuniam na casa para tomar café antes de irem para as escolas. Bia, como é apelidada, as admirava, com apenas 5 anos de idade, as achava lindas e poderosas, todas arrumadas, independentes, “embora ganhassem pouco também, elas se arrumavam muito bem, tinham status”, conta. Com 6 anos, já lia e escrevia, alfabetizada pelo avô com a bíblia e o jornal Correio do Povo.

“O meu primeiro dia em sala de aula foi o dia 18 de março de 1970, eu estava cursando a antiga escola normal. Eu fiz 18, eu consegui um contrato e fui trabalhar. Eu estava eu acho que no primeiro ano da escola normal.”

Sua primeira aula foi com 18 anos, contratada pela prefeitura de Gravataí como alfabetizadora durante o primeiro ano de escola Normal, dando aula lá por três anos até se casar e ir morar em Esteio, onde foi trabalhar também como alfabetizadora no município. Depois de já ter feito concurso e dar aulas no Estado, fez faculdade de História, período em que deixou de ser alfabetizadora e passou a dar aula nas outras séries, somando 60 horas, lecionando 40h no estado e 20h no município. Em escola particular, mais tarde, dava aulas de história, geografia, filosofia e sociologia para todas as turmas da 5ª série do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio, cedida pelo município em uma permuta por alunos bolsistas.

No caso da entrevistada 2:

“Eu sempre gostei muito de trabalhar com pessoas, o que me afastou um pouco da pesquisa na faculdade e me aproximou completamente da licenciatura. Tive muito estímulo em casa também, minha mãe era professora universitária quando eu era criança e adolescente. Além disso, eu gosto muito de estar em contato com a educação, com a escola, com os estudantes. E essa paixão, esse gostar do que se faz, transborda na sala de aula e estimula os estudantes também, eu acho. Não sei se isso é exatamente uma influência, mas penso que mexe com eles de alguma forma.”

Ambas têm concepções parecidas sobre a função docente, a importância da educação na formação do cidadão e o ideal de bom professor como sendo aquele que consegue atingir os alunos, captando suas necessidades, aquele que tem a tarefa difícil de educar e não somente

de transmitir conteúdo, algo de grande peso e importância social e, por isso mesmo, alvo de muita pressão.

A partir da leitura do texto de Huberman (1992), podemos analisar que a entrevistada 2 está entre a fase de entrada na carreira, de descoberta e adaptação, e a fase de estabilização, de início de uma consolidação maior do seu repertório pedagógico. A entrevistada 1, já aposentada, está na fase de desinvestimento na carreira, de forma serena, em um processo de distanciamento afetivo. Apesar disso, não parece estar ou ter passado, pelo seu relato, por fases conservadoras nem de rigidez pedagógica ou resistência à inovação no decorrer da carreira, ao contrário, contando casos e situações em que foi pioneira em trabalhar com projetos, com pesquisa, usando ludicidade nas atividades e sendo referência de professor que usa tecnologias na escola particular em que trabalhou.

Porém, é interessante observar que ambas realizaram críticas e questionamentos sobre o funcionamento da sua profissão, falaram da exploração que sentem e sobre o tanto que se esforçaram para conquistar e chegar até a profissão que desejavam, porém, sem sentirem que recebem bem ou satisfatoriamente para isso. De acordo com o autor, teoricamente, estes questionamentos seriam característicos do período de diversificação, entre os 7 e os 25 anos de docência. Ambas não estão nessa fase, pois não refletem outras características da mesma e nem o período de tempo específico dela. Assim, podemos pensar que essas fases estejam talvez sendo apresentadas de forma muito engessada, não refletindo a complexidade da vivência de cada professor, e que talvez este aspecto crítico possa estar presente em várias épocas na carreira deste profissional, dada a forma como esta profissão é tratada na sociedade no Brasil.

Ambas criticaram a relação hierárquica em demasia com a secretaria de educação, a falta de incentivo à formação continuada, a precariedade da infraestrutura e vários aspectos do formato do sistema de ensino. Suas chefias diretas são a supervisão, a direção, as secretarias municipais, estaduais e nacional de educação. No caso da escola cooperativa, os professores são subordinados ao conselho da cooperativa e no caso do projeto de Canoas, a relação é da prefeitura com uma fundação privada, devendo, tanto conteúdo como didática e escolha do quadro de professores, estar sob a aprovação destes espaços. A avaliação do serviço prestado pelo professor é feita, em todos os casos, por uma avaliação da turma de estudantes e uma avaliação da direção/supervisão pedagógica.

A entrevistada 2 afirma que:

“Falta muita coisa na escola, em termos de material didático, estrutura e da formação continuada dos professores.”

De acordo com a entrevistada 1:

“Numa comunidade carente, numa escola pública municipal, com quase nenhum recurso didático a não ser o livro em sala de aula, o que nós fizemos? Nós trabalhamos, e nessa comunidade o tipo de música que eles gostavam era o que? Hip hop ou funk. Nós fizemos um funk em sala de aula pra trabalhar a questão do domínio da igreja na sociedade daquela época. E eu percebi que eles tinham um pendor artístico. Fizemos o que? Maquetes, maquetes com os castelos medievais. E assim, ó, carentes... com sucatas a gente fez isso aí. E o funk, a gente fez na hora ali assim, criamos o funk juntos e a gente começou a cantar – bah, agora nós entendemos, professora, como é que eles viviam – então o que eu to te dizendo, o professor precisa ser criativo, né, criativo e amar o que ele tá fazendo.”

Em relação aos diferentes saberes que compõem a identidade docente, o autor Tardif (2011) cita o quanto a formação pedagógica do educador é tão ou mais importante do que o conhecimento do conteúdo da área de estudo, afirmando que saber ensinar é tão importante quanto saber o que ensinar. Ambas frisaram que a identidade profissional só se concretiza quando se obtém os saberes práticos, experienciais, apoiados pelos saberes pedagógicos disciplinares, desenvolvidos no dia a dia da prática da sua profissão, que são os saberes e habilidades mais profundos e complexos de se obter, assim como alguns dos mais importantes para a formação profissional.

A entrevistada 2 também dava aulas em uma comunidade carente. Lá, a relação com a comunidade era a base das aulas, e os professores, os alunos e a comunidade tinham uma relação direta. Hoje, ela também dá aulas no cursinho pré-vestibular popular Emancipa. Na escola cooperativa da entrevistada 1, os professores que fazem parte da cooperativa são responsáveis pela escola, o trabalho que fazem não se restringe à sala de aula. De acordo com a entrevistada 1, a relação com a comunidade é muito forte, existindo diversos espaços de discussão e decisão que incluem toda a comunidade escolar. Destes espaços são originados diversos projetos educacionais. De acordo com ela:

“Eu sempre gostei de trabalhar com projeto, por que com projeto tu trabalha não só aquela parte curricular mas a extra curricular e a extra curricular que vai fazer esse aluno gostar e envolver toda a comunidade.”

Na escola estadual em que a entrevistada 1 trabalhava a relação com o entorno é

bastante deficitária, algo que ela considera uma perda. De acordo com ela, por se tratar de uma escola no centro da capital, e com oferta de ensino técnico, estudantes de toda a cidade estudam lá, o que dificulta esta relação escola-comunidade:

“É muito difícil o pai vir na escola, por que ele tá acostumado a vir na escola só pra buscar o conceito, a nota que ele tirou ou pra buscar reclamações.”

A entrevistada 2 relata que sofreu preconceito dos professores e até de membros da direção por ter pouca idade. Ela diz que a relação entre os professores é artificial no que diz respeito ao planejamento conjunto, e por isso a avaliação em conjunto apresentada pela reforma do Ensino Médio Politécnico em 2011 no RS foi bastante difícil.

Na escola cooperativa, a relação entre professores era bastante aberta e participativa. De acordo com a entrevistada 1, realizavam seminários de formação entre eles em que cada professor ou grupo de professores apresentava um livro sobre pedagogia a cada 15 dias. Todos os professores cuidavam da horta da escola e construíam conjuntamente projetos que ocorrem na escola, abertos à comunidade, nos finais de semana.

Diferente disso é a relação na escola municipal, na qual ela diz que via certo cansaço ou desinteresse em certos colegas de trabalho que não se propõem a organizar atividades que envolvam mais os alunos e que não saem de suas zonas de conforto. Infelizmente, os professores da escola municipal não se mobilizam tanto por sua escola, que hoje enfrenta sérios problemas de infraestrutura que muitas vezes impossibilitam as aulas. Mesmo assim, ela os classifica como heróis.

Sobre o momento atual da educação e o uso de tecnologias, para a entrevistada 1:

“As telecomunicações mudaram, houve esse movimento tecnológico muito grande, mas eu, assim, ainda acho que a motivação pro jovem ir pra escola não, a motivação ou a desmotivação, né pra o jovem estudar ou não, vai muito de como conteúdo é trabalhado em sala de aula e o fato de o professor despertar ou não, aquela, eu acho que o professor ainda é muito importante, e vai continuar sendo, passando o entusiasmo, a motivação que ele tem, né, no dia a dia ali, o encantamento que ele desperta no aluno. Por que o aluno percebe quando o professor só vai lá por que ele tem que ir ou quando o professor vai por que ele acredita no que ele está fazendo e tem objetivo. O aluno percebe isso aí e tu percebe, assim, o trabalho que é desenvolvido por professores que se envolvem realmente com a turma, que se envolve com o aluno, que não trata a turma como um todo, mas que vê as particularidades que estão dentro daquela turma. Por que eu posso dizer desse tempo todo, dessa experiência que eu tive, que tinha turmas que tu despertava com a música, né, com as artes. Tinha outras turmas que não,

que eles preferiam os exercícios físicos. Tinha outras turmas que preferiam, por exemplo, artes plásticas, em vez de música.”

Para a entrevistada 2, a evasão escolar se dá pela defasagem de método e conteúdo:

“Os jovens não estão motivados a ir para a escola. Fazem isto muitas vezes por ‘obrigação’ e outras por buscarem a possibilidade de um futuro melhor. Penso que o que desmotiva a eles é a falta de sentido que a organização do sistema de ensino tem hoje. Os conteúdos disciplinares já não empolgam mais, os instrumentos de ensino são muito defasados e a escola se torna apenas mais uma obrigação na vida deles. Para combater a desmotivação, em geral, tento tornar as aulas mais leves nos conteúdos e trazer alguma relevância aos assuntos estudados. Para estar motivado a aprender, o estudante precisa ver algum sentido prático ou teórico para a sua vida, se não o ensino passa a ser simplesmente enciclopédico. Outra alternativa é ter instrumentos alternativos de trabalho, como a música e a internet. O problema é que nem sempre as escolas estão preparadas para isso.”

A entrevistada 2 diz que sente que às vezes os adolescentes a tratam como igual, o que em certos momentos é bom e em outros atrapalha a relação professor-aluno. Ela diz que procura não falar da sua vida pessoal com alunos, mas que sua didática exige que ela tenha o cuidado de tentar relacionar os conteúdos das aulas com as vivências e aprendizados que eles possuem fora da sala de aula.

No projeto na comunidade carente em Canoas, as alunas eram mais velhas que ela (entrevistada 2). Por ser jovem, não ser casada, não ter filhos e não morar na comunidade em questão, diz que sentiu que às vezes elas tinham um pouco de desconfiança, até na autoridade que ela teria para estar naquela posição, mas diz que isso foi mudando com a convivência, com o diálogo aberto e muito escutando e pouco julgando.

A entrevistada 1 diz que nas escolas públicas em que trabalhou pode sentir que a relação dos alunos com os professores era de muita carência afetiva, e que eles são vistos pelos jovens quase como seus pais, como referencial, e que nos momentos de enfrentamento também a postura deles era a de quem brigava com os pais. *“Tu ouves os problemas deles. Saber ouvir, saber ajudar, chegar perto deles.”*, afirma. Na escola particular, a entrevistada 1 diz que já teve alunos que demonstravam ter uma relação clientelista com a escola, já que seus pais a pagavam, e que muitas vezes os próprios pais também influenciavam para este comportamento. Estes não eram tão necessitados de afeto paternal quanto os das escolas públicas.

Os saberes disciplinares, que se remetem ao conhecimento científico de cada área,

reunido e resumido nas universidades, são vistos pelas professoras como importantes, mas não determinantes para a atuação docente, já que ambas chegaram a dar aulas de outras disciplinas que não as de suas formações específicas e tiveram êxito, apesar de uma delas deixar bastante claro não se sentir confortável com a situação.

De acordo com a entrevistada 2:

“Na minha disciplina, de Sociologia, nem sempre é fácil lidar com as discussões, pois o tempo de aula é muito curto (são 45 minutos em cada período). Então tu tem que mudar o foco das tuas análises para que tudo caiba dentro deste pequeno tempo, pra que consiga de fato construir algum conhecimento em conjunto com a turma. E na maior parte das vezes isso não dá certo, não dá tempo. Mais uma frustração para se lidar...”

Para ela,

“O avanço muito rápido da tecnologia também tem reflexos dentro da sala de aula. Quando eu era estudante do E.M., poucos colegas meus tinham celular e levavam para a aula. Hoje, muitos alunos têm tablets e internet no celular (todos têm celular), e utilizam durante a aula. Isso muda também a forma como a gente dá aula, pelo menos pra mim.”

Para a entrevistada 1:

“Os alunos têm muitas ferramentas, mas o conhecimento é pra dar a base pra trabalhar com essas ferramentas e querer buscar mais, né. Por que o conhecimento, o que que tu percebe, que eles trabalham com todas as ferramentas que a internet oferece, mas a base, né, eles, a base é a escola ainda, pra grande maioria dos alunos, principalmente da escola pública, a escola ainda é um local de conhecimento para eles. Por que eles podem... informação tu tens muita, mas aquela, o que é básico, tá, pra eles buscarem uma formação profissional e aquele conhecimento, né, que eles vão adquirir na sala de aula. É importante, é importante, até pra eles saberem os rumos que eles vão tomar na vida, né, e saber qual o ramo do conhecimento que vai oferecer pra eles um meio de atingir os objetivos pra ir à luta, buscar. Que que eles vão gostar de fazer, né? O conhecimento é importante. E ninguém vai tirar de ti aquele conhecimento que tu adquiriu. Então eu acho assim ó, que a escola e o professor vão ser sempre necessários, são o norte, bússola.”

Sobre a forma como ela dava aulas antes da faculdade de história: *“Eu estudava muito para dar aulas, e a formação acadêmica te ensina a ir em busca, aguça tua curiosidade, te dá todo aquele embasamento”*. A respeito de dar aulas de outras disciplinas que não história, a entrevistada 1 comenta:

“Eu tinha dificuldade de dar aula de geografia física, eu estudava muito, muito livro, entrava madrugada adentro, e era no primeiro ano do Ensino Médio. Eu gostava de geografia humana, política, por que eu gostava de mapas, mas trabalhar clima, relevo, tu tens que ter essa formação. Sociologia é uma disciplina que eu sempre gostei muito, observar a sociedade, a política, então, e sociologia e filosofia eu tive uma base muito boa na escola Normal, que a gente tinha história da filosofia, estudava os antigos gregos, além da história geral, e sociologia, mas esse conteúdo foi retirado do currículo com o governo de exceção que o Brasil passou a ter. Mas eu reconheço que um professor de história não tem todo aquele embasamento teórico que alguém que faz ciências sociais tem. Tu vê Durkheim, Max Weber, em história, a gente tem essas disciplinas, mas tu não tem aquele aprofundamento. Mas sempre tive que estudar muito pra não deixar perguntas sem respostas, por que eles te perguntam. Eu gostava de estudar com meus alunos os movimentos sociais no Brasil. No começo não tinha muito conteúdo pra trabalhar, era difícil, ficou muito tempo banido dos currículos. Depois sim, chegou o Google para facilitar a vida, mas e antes que não tinha? Um material que me ajudou muito foi a revista mundo jovem da PUCRS.”

Para ela, a realidade de poucos professores de sociologia serem formados na área se deve à *“falta de profissionais com essa formação. Quem é que dá sociologia nas escolas? Os padres, os moços que estudaram em seminário, por que eles têm aula de filosofia.*

Para a entrevistada 2:

“Dar aulas de outra disciplina é sempre um desafio, por que por mais que tenham algumas afinidades, como no caso da história, é uma disciplina que eu tenho que estudar de novo, tenho que me preparar muito mais, e enfim, pesquisar. E as aulas nunca são do jeito que a gente gostaria que fosse, por que as metodologias, enfim, as formas de ensino e aprendizagem são diferentes para cada disciplina e querendo ou não a gente não é preparado pra isso, então, é, acaba sendo difícil quando tu tem que dar outra disciplina. Eu aceitei dar história quando precisei dar aula, mas existem outras disciplinas que eu não teria condições, não me sinto preparada, mesmo dentro da área das ciências humanas, como geografia, tem uma parte física específica que eu não me sinto preparada pra dar aula mesmo estudando de novo. E infelizmente essa é uma realidade das escolas estaduais do RS, tem muitos professores que são de uma disciplina e dão aula de outra porque o sistema funciona assim. É bem complicado.”

Quando perguntada sobre a que ela atribuía essa realidade, afirmou:

“Falta investimento, falta ter concurso publico para as áreas específicas. Apesar de a carreira docente ser estável, tem muita rotatividade, sempre tem professores se aposentando e professores que precisam entrar e hoje tem um número absurdo de contratos sem concurso público pra suprir algumas áreas de ensino que simplesmente não têm profissionais. Isso é um problema porque todos nós teríamos que ter os mesmos direitos como profissionais da educação e inclusive

ajudar na qualidade da educação. Quando tu tens um profissional de uma área dando aula de outras disciplinas, matéria, isso acaba sendo complicado. Mesmo que não falte professor, o que também é um discurso vago, porque a secretaria de educação sempre diz que não falta professores, mas a gente vê que falta. Mesmo que não falte, a gente tem que ver quem é esse profissional, aonde ele foi, como ele foi e pra que ele foi formado e isso acaba prejudicando um pouco a questão da qualidade de ensino.”

Na última entrevista que fiz com a entrevistada 1, marquei com a professora aposentada em sua casa no dia 18 de maio de 2016 e a encontrei recortando palavras e figuras de revistas, jornais e encartes de mercado velhos e colando em um modesto caderninho com espiral de arame. Estava fazendo uma cartilha, ela me conta sorrindo, para alfabetizar uma conhecida que não sabe ler. *“Amiga de uma amiga, com mais de 60 anos, mãe de antigos alunos meus. Estou colocando só palavras que ela conhece, de coisas que ela usa no dia-a-dia, primeiro as com A, depois com B, e assim vai”*, me relata folheando as páginas.

Na ocasião, perguntei sobre a importância da disciplina de sociologia no currículo da educação básica, ao que respondeu:

“Eu acho que é essencial que os alunos todos tenham disciplinas como sociologia e filosofia, que fazem os alunos pensar, que formam alunos críticos, diferente desse pessoal, como meus filhos, por exemplo, que pegaram o Ensino Médio durante a abertura, quando as coisas não estavam bem estruturadas ainda. Eles não tiveram na escola e faz falta. Como vai trabalhar cidadania com os alunos sem que tenha fundamentos sociológicos filosóficos? Então é de extrema importância e eu lamento o pouco espaço que a gente tem, quantos períodos os professores de sociologia têm? Os professores de história, pra ter 3 num currículo, tem que brigar muito, geografia a mesma coisa, matérias humanas essenciais para formar a cidadania perdem espaço para disciplinas mais técnicas, influência americana tecnicista. Tem que ter todas essas disciplinas para ter alunos conscientes”.

Para a entrevistada 2, fiz a mesma pergunta em nosso último encontro no dia 19 de maio de 2016. Seu lugar de fala também foi bastante inspirador, já que nos encontramos no Colégio Estadual Protásio Alves, em Porto Alegre, onde ela e um grupo de professores do curso pré-universitário Emancipa promoveram uma aula pública dentro da programação dos alunos da ocupação da escola. No ginásio, quando cheguei, os estudantes pintavam cartazes para um protesto que ocorreria mais tarde e para colar nas grades do portão, tomado de cadeiras e classes formando barricadas. Neste espaço, os estudantes sentaram-se no chão para assistir e debater um documentário sobre as ocupações estudantis em São Paulo e para participar da aula pública.

Após a aula no Colégio Protásio, Nina e eu fomos para o Colégio Ernesto Dornelles, também ocupado pelos estudantes, onde a comunidade escolar organizava um sopão comunitário e onde realizamos a filmagem da entrevista¹¹:

“A sociologia é fundamental no currículo básico, seria importante inclusive que ela existisse nos anos finais do ensino fundamental, porque não é só uma questão de aprender a pensar ou aprender a olhar os aspectos sociais, mas todos nós vivemos em sociedade e a gente interage com ela, então o ensino de sociologia auxilia os jovens inclusive a ter essa perspectiva do que é a sociedade e como interagir com ela. Eu considero fundamental. Inclusive pelo seu conteúdo, pelo seu currículo, que às vezes não é tão explícito, porque a disciplina saiu da grade curricular nos anos da ditadura, porque, uma forma inclusive de silenciar o pensamento, assim como a disciplina de filosofia, e o retorno dela foi muitos anos depois da implementação da redemocratização, da lei de diretrizes e bases, só depois de muito tempo a gente teve retorno da sociologia e filosofia nas escolas. Isso é problemático, quando a gente tem gerações formadas com OSPB e Moral e Cívica, quando no fim a gente tinha que ter gerações pensantes. O reflexo tá aí, hoje em quem nos governa, quem está nos espaços de poder, esses certamente não tiveram sociologia na escola.”

Perguntei para a entrevistada 2 como via o movimento de ocupação das escolas pelos estudantes e se achava que isso teria relação com a sociologia ter voltado aos currículos?

“(risos) Pode ter, eu não atribuiria só à sociologia esse papel mas, com certeza, se aprende a pensar livremente e a questionar as estruturas que ‘tão aí, a gente consegue ter avanços civilizatórios enormes. O que os estudantes estão nos provando é isso, hoje, que é possível lutar pelos seus direitos, lutar pela educação. Uma coisa tão básica, né, a gente devia tá, a sociedade inteira, lutando pela educação. Os discursos políticos são muito claros nisso: quando dizem que a prioridade é a educação, saúde e segurança. A educação sempre tá no bolo de prioridades. Agora, nem um governo consegue de fato dar respostas pra essa qualidade melhorar. O que os estudantes estão fazendo hoje com a ocupação das escolas, que os professores estão fazendo com a greve, também tá lutando por melhoria das condições, enfim, é um passo muito importante que a gente tem dado hoje.”

Quando pergunto da sua participação da greve:

“Eu sou grevista desde que entrei na categoria, sempre fiz as greves que considero justas, enfim. Hoje, como professora, ganho salário de cerca de 1mil reais pra dar 20 horas, ou seja, um turno por semana. Como eu falei antes, eu pedi uma ampliação de carga horária pra dar dois turnos e não, o estado decidiu que não ampliaria a carga horária de ninguém. Então, continuo dando 1 turno,

¹¹ Notícia disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/em-apoio-aos-estudantes-que-ocupam-escola-ernesto-dornelles-professores-preparam-sopao>.

ganhando mil reais por mês e não dá pra dizer que um professor que ganha 1 mil reais por mês e, como eu, gasta 750 de aluguel consegue se qualificar bem, consegue dar aula decentemente, enfim. Falta materiais, falta estrutura, falta discussão pedagógica nas escolas. Nesse sentido, os professores entraram em greve. As pautas em geral são salariais, mas também tá em jogo o tipo de serviço que a gente quer prestar. Nós somos bons profissionais, existem milhares de bons profissionais que querem prestar um serviço de qualidade. Agora, com o congelamento dos nossos salários até 2018, como é que a gente vai fazer isso? Hoje, um professor do estado tem 69% de defasagem em relação ao piso nacional do magistério, que deveria estar sendo pago e que não é pago no Rio Grande do Sul.

Então, como é que com uma defasagem de 69%, de um piso que nem é grandes coisas, no meio a uma crise econômica, como é que a gente garante qualidade, como é que a gente garante chegar na escola e dar uma aula de qualidade? Complicado. Por fim, acho que as revoltas estudantis têm todo mérito. Eu trabalho numa escola que está ocupada nesse momento, a gente tá aqui inclusive gravando no meio da ocupação, é importante registrar esse fato, e as pautas estudantis, para além da estrutura das escolas, têm a ver também com os projetos de lei sobre a privatização dos espaços públicos, a privatização da educação pública e sobre o projeto de escola sem ideologia, sem partido, que prevê que não se discuta mais algumas questões sobre história, sobre gênero, sobre política, dentro das escolas, o que é um verdadeiro absurdo. As escolas não são bolhas dentro da sociedade, os estudantes são parte constitutiva delas e eles muito bem colocaram como pauta das ocupações a retirada desses projetos imediatamente da assembleia legislativa, para que a gente não seja calado também dentro das salas de aula e do espaço da escola, acho que é importante esse movimento.”

Por fim, sobre a valorização da profissão, a entrevistada 1 afirma:

“Ao assistir no jornal das 19h aqueles professores, com a presidente do CPERS, em frente a assembleia, tentando falar com pessoas que não quiseram nem ouvi-la, como o representante da secretaria de educação, eu olhei para aquela cena e senti tristeza lembrando de quantos movimentos grevistas eu participei, eu e meus colegas, quanto a gente lutou pensando que no futuro teria um salário digno e hoje pra darem o que é de direito é difícil. E depois quando eu assisti os deputados aprovando o aumento dos funcionários do judiciário, votando a favor, eu senti aquilo que senti a vida inteira, um descaso dos governos com aqueles que formam todos os outros profissionais”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo reunir experiências pedagógicas da minha vivência acadêmica na formação em Licenciatura em Ciências Sociais e repensá-las sob o ponto de vista da interdisciplinaridade com o campo da educomunicação.

Pensando no foco das aulas de sociologia na escola, em fazer os alunos compreenderem a cidadania e a vida em sociedade, e no intuito da educomunicação, de constituir consciência e capacidade de leitura e criação crítica de comunicação, vemos surgir convergências entre os campos no que se refere a objeto de estudo, método e práticas educativas e alinhamento político-pedagógico. Este pequeno esforço nesta direção traz apenas algumas pistas de aproximações que devem seguir sendo exploradas.

Podemos observar aproximações entre o foco do ensino de sociologia no Ensino Médio e o da educomunicação e como as áreas podem trabalhar juntas no objetivo de proporcionar aos estudantes uma formação que os possibilite a entrada no mercado de trabalho a partir da aprendizagem do uso de tecnologias, combinada com o saber fazer da pesquisa em sociologia, relacionando educação e trabalho. Leitura crítica da mídia, exercícios de construção de saber científico através de pesquisa social, quantitativa ou qualitativa, utilizando ferramentas educacionais, como ambientes virtuais e uso de tecnologias de comunicação e produção de conteúdo.

Além disso, vemos convergência em como ambas as áreas se propõem a proporcionar uma formação que seja cidadã e formadora de cidadãos, ao levarem os estudantes a conhecer um pouco melhor o mundo ao se redor e ter voz nele, informando, comunicando e vendo a mídia de forma crítica. Ambas as disciplinas fomentam a produção de conteúdo pelos estudantes, narrativas a partir dos seus olhares, engajando-os no próprio processo educativo, instrumentalizando-os para o uso das ferramentas, para uma postura crítica frente aos discursos das mídias e uma opinião consciente como ator ativo no ambiente escolar e na sociedade.

Ao estimular habilidades, criatividade, inteligência e a capacidade de transformação de informação em conhecimento através da produção de conteúdo, podemos levar o aluno a questionar seu papel dentro da sociedade e na possível mudança de situações que considere necessário mudar. Isso pode ser feito de forma lúdica, mostrando vídeos, trazendo poemas, músicas, levando-os a campo, mas, principalmente, estimulando que os alunos criem, produzam com seu conhecimento, e nisto, as mídias digitais podem ajudar muito, inclusive

como fonte bibliográfica. Educação para emancipação, como propõe Paulo Freire.

Tanto a disciplina de sociologia quanto a de educomunicação necessitam de profissionais capacitados para envolver os estudantes com as atualidades e a cidadania. É necessário em ambos os casos ampliação de contratação de professores, de formação específica, inicial e continuada, de conhecimentos do campo e prática pedagógica. Ainda há um longo caminho para garantir a presença do educador nas escolas e para que a resistência a mudanças no ambiente escolar abra espaço para uma visão verticalizada de produção de conhecimento.

A situação atual é de desvalorização profissional, condições de trabalho ameaçadas, baixo status social, pouca força política e cada vez mais reduzida liberdade e autonomia de trabalho. Ideais conservadores impedem a discussão política ideológica nas escolas, a exemplo do projeto contra discussões de gênero, aprovado recentemente em Porto Alegre, e são um retrocesso histórico muito sério e um sintoma de um avanço religioso e até fascista no país. O Sinepe, Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul, recentemente realizou evento em que convidou para palestrar a ONG Escola sem Partido. O ideal deste movimento, conhecido por defender a dita Lei da Mordada, é inconstitucional e fere a Lei de Diretrizes e Bases, os Parâmetros Curriculares de educação e a autonomia no ensino como um todo. É preciso defender a profissão do professor e a qualidade do ensino e lutar pela retirada destes projetos e rechaçar tentativas de parlamentares interessados na ignorância alheia de cercear o trabalho do professor, inibindo a liberdade de cátedra e censurando o conteúdo das aulas em nome de uma neutralidade ideológica que sabemos que não existe.

Esse é o caso do projeto de lei em tramitação na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, por Valter Nagelstein, PLL 124/2016, chamado Escola sem partido, do PL 190/2015, protocolado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul pelo deputado estadual Marcel van Hattem, e do PL 867/2015, proposto à Câmara dos Deputados pelo deputado federal Izalci Lucas Ferreira. Todos incidem sobre a prática docente e têm por trás a movimentação fortemente conservadora.¹²

É inspirador ver que, entre tantas outras pautas levantadas que remetem à infraestrutura do sistema educacional, estas são uma das mais importantes eleitas pelos estudantes ocupando as mais de 120 escolas neste momento em todo o Rio Grande do Sul. Também está na pauta a retirada do projeto de lei que aprova parcerias do ensino público com empresas privadas, um subterfúgio para organizações sociais com fins lucrativos lavarem

¹² Artigo do prof. de história da UFRGS sobre a lei da mordada de Nagelstein e Van Hatem. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/qual-o-partido-da-escola-sem-partido-por-fernando-nicolazzi/>?

dinheiro enquanto interferem inclusive escolhendo quem serão os profissionais que lidam com as crianças.

Por isso é importante questionar declarações como a da presidenta Dilma Rousseff, que, no programa de televisão Bom dia Brasil do dia 22/09/2014, afirmou: “O jovem do Ensino Médio, ele não pode ficar com 12 matérias, incluindo nas 12 matérias Filosofia e Sociologia. Tenho nada contra Filosofia e Sociologia, mas um curriculum com 12 matérias não atrai o jovem. Então, nós temos que primeiro ter uma reforma nos currículos.” Sabemos que um professor de matemática comentando um fenômeno ou fato social não é o mesmo que uma aula de sociologia e que quando pensamos na função desse professor de ensinar para a crítica, a autonomia e a cidadania, sabemos que essas disciplinas não pesam no currículo. Porém, observando a conjuntura política atual, vemos o quanto se fazem mais importantes que nunca as aulas de sociologia.

Hoje a área da sociologia ainda participa pouco do ambiente educativo no Brasil, a exemplo do fato de a disciplina ainda não ter apresentado parecer sobre a proposta em discussão no país de Base Curricular Nacional. Em minha opinião, o espaço mais importante que o sociólogo deve ocupar hoje é a educação. Após anos de lutas pela implementação da obrigatoriedade da disciplina, é preciso consolidar suas práticas e conteúdos e reforçar o valor que tem para o conjunto da sociedade. A ampliação da pouca carga horária curricular da disciplina deve ser uma bandeira, não somente pela importância do conteúdo em sala de aula, mas também por uma questão trabalhista, já que o fato de as turmas terem apenas um período de sociologia por semana faz com que professores da área tenham que trabalhar em várias escolas para fecharem suas horas de serviço, além de contribuir para que tenham que dar aulas de outras disciplinas para complementação, assim como para que professores de outras áreas acabem dando aulas de sociologia.

Infelizmente, a educação hoje no Brasil, na prática, não é voltada para a constituição de cidadãos e propagação de conhecimentos e valores que elegemos coletividade, diversidade, respeito às culturas. As escolas são um espaço que reproduz discriminação social ao reforçar privilégios e desigualdades sociais, enfatizando a competição e ganhos individuais em detrimento de colaborações coletivas, funcionando a partir de uma lógica meritocrática.

Paulo Freire nos apresenta uma concepção de educação para a emancipação, sem a qual formamos apenas reprodutores do status social, acreditando que sem o ensino da capacidade de crítica não é possível mudar nossa sociedade e que sem mudança, de nada adiantaria reproduzir conhecimento. Assim, para ele, é importante que a escola esteja conectada com as práticas e a culturas de sua região, porém, de forma independente de

interesses privados de quem quer que seja.

Sendo o Ensino Médio, por definição, também uma preparação para o mundo do trabalho, para a profissão que se almeja seguir, é importante saber se está sendo levantado em conta o aspecto crítico e a consciência social que se quer que os estudantes desenvolvam nesta etapa da educação básica, de forma pedagogicamente relevante. Uma educação essencialmente técnica cria seres humanos predadores de sua própria espécie, explorando uns aos outros, algo que tentamos sempre combater, propagando o espírito de solidariedade e empatia, compromisso com respeito, igualdade e outros valores morais que constituímos socialmente como importantes durante os séculos, junto com outros direitos essenciais, que precisam continuar se ampliando. Somos todos interdependentes e necessitamos ter prazer e valorizar a vida comum, viabilizando a convivência diária civilizada, e a educação é essencial para desenvolvermos essa capacidade comunicativa, senso de comunidade, memória coletiva e cidadania, talvez um dos únicos espaços de socialização restantes para isso.

O capitalismo traz o jovem cada vez mais cedo para o mundo do trabalho. Tudo gira em torno do dinheiro para a maioria da população que não o possui, então, muitas vezes esse jovem não vê sentido em estudar por três anos para se formar se pode fazer um EJA, ou o ENEM e terminar logo esta etapa, já que a grande maioria não almeja a universidade. Os pais, na sua maioria, por considerarem seus filhos já aptos a acompanharem sozinhos seus próprios estudos, ou por não terem estudo ou por não darem a devida importância a isso, não participam da vida escolar de seus filhos, dificultando a profundidade das soluções possíveis para os problemas que os jovens enfrentam para continuarem seus estudos.

Apesar de o debate sobre como trazer de forma saudável para a vida do jovem a relação trabalho x educação ser importante, nos falta debater um currículo atraente para o Ensino Médio, nos falta debater a formação do professor, sua valorização e devemos debater como as políticas públicas são feitas no país, para que possamos aprimorá-las e sermos atores ativos das mudanças que queremos no futuro da educação.

É interessante observar o choque geracional entre as disposições dos pais e dos estudantes para este tipo de formação. Enquanto na geração anterior o interesse maior era em ter uma formação que possibilitasse um emprego de carteira assinada estável, hoje, os jovens se veem em um mundo em que tem imperado um tipo de relação de trabalho diferente, em que o capitalismo pós-industrial pede pessoas com múltiplas capacidades, interesses, contatos, flexibilidade para trabalhar com diferentes plataformas e em diferentes projetos, onde sua carreira é sua vida, vendida no marketing da rede social. Observando e interagindo com jovens de 16 a 18 anos do 3º ano do Ensino Médio, apenas 10 anos menos do que eu, durante

meu ano de estágio docente no colégio Júlio de Castilhos em 2015, percebi e não pude deixar de refletir sobre a mudança de valores sociais vivenciados no ambiente escolar em relação ao debate realizado hoje na academia sobre as formas pedagógicas de lidar com o que reproduzimos em sala de aula.

O professor deveria ser o principal agente na promoção dessa mudança de compreensão e abordagem do currículo escolar, sendo exemplo de cidadão e aplicando esta visão social de mundo em todas as práticas educativas. Não há como controlar os valores pessoais dos professores, de que forma serão transmitidos para os alunos e nem como será recebido por eles, até por que, muitas vezes, para alguém criado sob a égide dos valores da classe dominante, é pedir muito exigir desconstruí-los, além de ser uma tarefa difícil por si só, mesmo tendo-se consciência da forma como se apresenta em nossas vidas. Porém, a discussão é necessária, e a escola tem o dever de mediar essa relação.

Acredito que um bom professor é aquele que tem consciência de que seu papel é ajudar a formar mentes, que devem ser dotadas de capacidade crítica e de participação ativa nos rumos da história que vivem, e não apenas certificar-se de que decorem essa ou aquela informação. A informação por si é bastante acessível para qualquer um que se interesse, mas a capacidade de transformá-la em conhecimento, criticá-la e formar opinião sobre ela, é a verdadeira função do educador e hoje se faz mais necessária do que nunca.

Faz-se necessário que o professor seja um sujeito integrado no mundo e capaz de apresentar atividades que relacionem assuntos que interessem os alunos com os conteúdos teóricos, levando em conta os saberes discentes, visto que ninguém é uma “página em branco”. É necessária formação para isso e um professor realmente interessado e em constante reciclagem que queira compreender o que toca seus alunos, que faça-os querer escrever, apresentar trabalhos, pesquisar, criar vídeos, filmes, músicas, peças teatrais e outras atividades assim, pode estimular que consigam relacionar o conhecimento que adquiriram com várias partes de suas vidas.

Ainda há um longo caminho para garantir a presença do educador nas escolas e para que a resistência a mudanças no ambiente escolar abra espaço à visão sociológica e uma dinâmica verticalizada de produção de conhecimento. Após anos de lutas pela implementação da obrigatoriedade da disciplina de sociologia, é preciso consolidar suas práticas e conteúdos e reforçar o valor multifacetado que tem para a formação dos jovens. Tanto a disciplina de sociologia quanto a de educação necessitam de profissionais capacitados para envolver os estudantes com as atualidades e a cidadania. É necessário, em ambos os casos, ampliação

de contratação de professores, de formação específica, inicial e continuada, de conhecimentos do campo e de prática pedagógica.

A disciplina de Seminário Integrado no Ensino Médio Politécnico pode utilizar educomunicação? E nas aulas de sociologia? Como podemos ampliar e envolver mais disciplinas? Trabalhando por projeto, por temas transversais norteadores, ou introduzindo uma disciplina de comunicação no currículo? Estas são algumas das questões que devem começar a perpassar nossas discussões e planejamentos de aprendizagem visando envolver práticas de ensino sociológicas com ações educacionais.

Paulo Freire, um grande inspirador da minha decisão de entrar em sala de aula, dizia que ser professor e não lutar é uma contradição pedagógica, que o professor deve ser um exemplo de cidadão e que cada aluno deveria ter o direito a ter o seu próprio currículo educacional, que contemplasse as suas capacidades, interesses e dinâmica individual de relação com o conhecimento. Cada pessoa é única em todas as suas experiências, aprendizados, personalidade e habilidades e por isso um bom professor é aquele que sabe mediar a relação do estudante com o conhecimento a partir da observação da sua capacidade de aprender, respeitando cada um em seu ritmo buscando atingir o interesse. Essas são algumas das bases que norteiam minha jornada acadêmica para formação docente, que espero que um dia contribua para as jornadas de outras pessoas.

O conhecimento em si não muda nada e acumular saberes não faz sentido sem o interesse em transmiti-lo. Dessa forma, acredito que meu papel enquanto futura socióloga e cidadã consciente é tornar o conhecimento um instrumento para movimentar as pessoas. E, como futura professora, acredito que a sala de aula seja um espaço privilegiado para atingir esse objetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary G. **Ensino Médio: múltiplas vozes**. Brasília UNESCO/MEC, 2003.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt e MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Kahar Ed. 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Os desafios da educação: aprender a caminhar sobre areias movediças**. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009.
- BERBEL, Neusi Aparecida Novas (org.). **Metodologia da Problemática: Fundamentos e Aplicações**. Londrina, UEL, 1999.
- BOURDIEU, Pierre et al. **Lições da Aula**. São Paulo, Editora Ática S. A, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. **A “juventude” é apenas uma palavra**. Entrevista a Anne-Marie Métaillé, publicada em *Les Jeunes et le premier emploi*, Paris, *Association des Ages*, 1978.
- BOURDIEU, Pierre. **Quando o sociólogo quer saber que é ser professor**. Entrevista publicada pela Revista Brasileira de Educação, 1997.
- BRASIL. **Lei Nº 11.684**, de 2 de Junho de 2008- Brasília: Diário Oficial da União, de 03 de junho de 2008, Seção 1, p. 1 edição 104.
- BRASIL. **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.
- BRASIL. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Ciências Humanas e suas Tecnologias/Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação Básica, 2006.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares de Ensino Médio – PCEM**, 2000.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares de Ensino Médio + Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCEN**, 2002.

BRASIL. **Parecer 38/2006**. Inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Brasília, Mec, 2006.

BRASIL. **Parecer CEB 15/1998** – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

BRASIL. **Resolução CEB 03/1998** – Institui as diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 4**, de 16 de Agosto de 2006. MEC/ CNE/CEB. Brasília: Diário Oficial da União, de 21 de Agosto de 2006, seção 1, p. 15.

BRIDI, Maria Aparecida. **Ensinar e aprender no ensino médio**. São Paulo, Contexto, 2009.

BRITO, Eliana Povoas Pereira de e DANDOLINI, Gertrudes Aparecida. **A metáfora do rizoma: contribuições para uma educação apoiada em comunicações e informática**. Revista Renote UFRGS, v. 3, n. 2, nov. 2005.

CARVALHO, Lejeune M. G. de (Org.). **Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

CHARLOT, Bernard. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam a questão**. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul./dez. 2002, p. 432-443.

COSTA, Iris Elisabeth Tempel e MAGDALENA, Beatriz Corso. **Revisitando os Projetos de Aprendizagem, em tempos de web2.0**. Faculdade de Educação/PEAD – UFRGS, Porto Alegre. Disponível em: http://sbie2008.virtual.ufc.br/CD_ROM_COMPLETO/workshops/workshop%204/Revisitando%20os%20Projetos%20de%20Aprendizagem,%20em%20tempos%20de%20web%202.0.pdf.

COULSON, M.A., RIDDEL D. S. **Introdução crítica à sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 143.

DUBET, François. **Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor.** (entrevista) In: Revista Brasileira de Educação. Número especial: Juventude e contemporaneidade. São Paulo: ANPED, mai/jun/jul/ago, n° 5/1997, set/out/nov/dez, n° 6/1997.

DURKHEIM, É. **A Educação Moral.** Petrópolis, Vozes, 2008.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia.** Lisboa, Editora Edições 70. 1999.

FISS, Dóris Maria Luzzardi; BARROS, Rafael D'Ávila. **Escola, currículo e identidades juvenis: efeitos de sentidos no discurso de professores.** Educação (Porto Alegre, impresso), v. 37, n. 3, p. 369-380, set.-dez. 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo, Paz e Terra, 2011.

GIDDENS, A. **Em Defesa da Sociologia.** São Paulo, Editora Unesp, 2001.

GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Aliessandra. **Formas do Brasil e formas da educação.** In: Educação, poder e sociedade no Império brasileiro. São Paulo, Cortez, 2008, p. 19 - 39.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e Fordismo.** São Paulo, Hedra, 2008.

HUBERMAN, Michael. **O ciclo de vida profissional dos professores.** In: NÓVOA, António. Vidas de Professores. Portugal: Porto Editora. 1992.

IANNI, Octávio. O Ensino das Ciências Sociais no 1º e 2º Graus. Palestra proferida em março de 1985 na Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP/SE.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes.** Coleção Os Pensadores, São Paulo, Abril, 1974.

LA ROSA, Jorge (org.). **Psicologia e educação: o significado do aprender.** Porto Alegre, EDIPUCRS, 2004.

MARX, Karl. **O Capital e Crítica da Economia Política**. In: Os Economistas. São Paulo, Editora Nova Cultura, 1996.

MEKSENAS, Paulo. **O ensino da sociologia na escola secundária**. In: Leituras e Imagens, p. 67-79.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 1994. p. 147.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro, 6 ed., Zahar, 1982.

MORAES, Amaury. **Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato**. Tempo Social - revista de sociologia da USP. Dep. de Sociologia, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas, USP, v.15, n.1, abr. 2003.

MORAES, Amaury. **O que temos de aprender para ensinar ciências sociais?** Texto originalmente apresentado na Reunião Anual da SBPC, Cuiabá, 2004. Cronos, Natal-RN, v. 8, n. 2, p. 395-402, jul./dez. 2007.

NÓVOA, António. **Relação escola-sociedade: novas respostas para um velho problema**. In: SERBINO, Raquel Volpato (org.). Formação de professores. São Paulo: UNESP, 1998, p. 19-39.

PEREIRA, Luiza Helena. **Por uma sociologia da sociologia no ensino médio**. 2009. In: Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro: SBS, 2009.

PIAGET, Jean. **O trabalho por equipes na escola**. Revista de Educação, São Paulo set/dez 1936.

PIAGET, Jean. **Psicologia e Pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

ROSA, Carina Kunze. **Sociologia do Bairro**. Apresentação oral, Sessão de Ciências Sociais Aplicadas, Salão de Ensino. (9.: 2013 out 21-25: UFRGS, Porto Alegre, RS). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/90886>.

SANDEL, M. **Justiça – O que é fazer a coisa certa**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

- SANTOMÉ, Jurjo Torres. **As culturas negadas e silenciadas no currículo**. In: SILVA, Tomas Tadeu (org.). *Alienígenas na sala de aula - Uma introdução aos estudos culturais em educação*. Rio de Janeiro, Vozes, 1995, p. 57-87.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna**. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 2, n. 2, Ago. 1988.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. **A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 105-122, jan./jun. 2001.
- SANTOS, Mário Bispo dos. **A Sociologia no Contexto das Reformas do Ensino Médio**. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de (org.). *Sociologia em debate: Experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio*. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.
- SAVIANI, Dermeval. **Comentários sobre o Parecer Diretrizes Nacionais para a organização curricular do ensino médio**, de Guiomar Namó de Mello. Palestra realizada na SE de São Paulo, em 18.05.1998.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio 2011-2014**. Porto Alegre: Secretaria Estadual de Educação, 2011.
- SILVA, Ileizi Fiorelli (UEL). **A Imaginação Sociológica: desenvolvendo o raciocínio sociológico nas aulas com jovens e adolescentes**. Simpósio Estadual de Sociologia, promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, em 2005, Curitiba, PR.
- SILVA, Ileizi Fiorelli. **O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas**. Coleção *Explorando o Ensino-Sociologia*, Coordenação Amaury César Moraes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. Volume 15, Capítulo 1.
- SOARES, Donizete. **Educomunicação: o que é isto?** Disponível em: http://www.portalgens.com.br/baixararquivos/textos/educomunicacao_o_que_e_isto.pdf. Acesso em: 12 de julho de 2013.
- SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. Contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo, Paulinas, 2011.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia Pedagógica**. Edição Comentada. Porto Alegre: Artmed, 2003, 312 p.

ZALUAR, Alba e LEAL, Maria Cristina. **Violência extra e intramuros**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 16, 2001.

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE PERGUNTAS ALUNOS – PROJETOS DE APRENDIZAGENS EM AMBIENTES DIGITAIS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROJETOS DE APRENDIZAGEM EM AMBIENTES DIGITAIS

Pesquisa sobre Educação x Tecnologia

1. **Onde você tem acesso à tecnologia?**
Em casa Na escola Lan House No celular Outros. Onde? _____
2. **Quanto tempo você passa conectado diariamente?**
Até 1 hora Entre 2 e 4 horas Entre 5 e 7 horas Mais de 7 horas
3. **Qual a importância das redes sociais para você?**
Não é importante Pouco importante Muito importante Não consigo viver sem
4. **Você tem acesso às redes sociais através do seu telefone celular?**
Sim Não
5. **Como você acha que o uso de aparelhos celulares conectados a internet podem atrapalhar a concentração e o desempenho nos estudos?**
Não me atrapalha porque busco informação em outras fontes Não me atrapalha porque não utilizo em sala de aula Sim, me atrapalha porque não consigo regular meu tempo de uso
6. **Você é a favor da proibição do uso de aparelhos celulares durante aula por atrapalhar a concentração?**
Sim Não
7. **Quais sites você costuma acessar na internet?**
Facebook Twitter Youtube Outros. Quais? _____
8. **Quantos livros você lê por ano?**
Nenhum Entre 1 e 3 Entre 4 e 6 Mais de 7
9. **Quando você faz pesquisas na internet, que sites você costuma utilizar?**
Qualquer um Wikipedia Outros. Quais? _____
10. **Antes de utilizar conteúdo de uma página da internet para colocar num trabalho, você lê integralmente?**
Sim Não
11. **Você sabe verificar se a informação retirada da Internet é confiável?**
Sim Não Nunca pensei sobre isso
12. **A linguagem virtual (ex: “vc”, “tbn”, “hj”) já te confundiu na hora de escrever uma redação?**
Sim Não

APÊNDICE 2

EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – TABELAS DOS DADOS SOBRE OS PROFESSORES ENTREVISTADOS

Idade/Série do Alunos	Nº das respostas	Total	%
<u>Ensino Médio</u>	1,3,4,5,6,10,14,17,18,21,24,25,26,27,28,29,30,33,36,37,38,39,41	24	60
<u>Ensino Fundamental e Infantil</u>	6,7,8,10,11,13,18,20,22,23,31,32,38,40,42	15	40
<u>Educação de Adultos</u>	2,18	2	5

Área de conhecimento	Nº das respostas	Total	%
<u>Humanas</u>	2,3,7,8,9,10,11,12,14,17,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,35,36,37,39,41	25	62,5
<u>Exatas</u>	1,4,5,6,18,20,32,34,38,42	10	25

Rede de Ensino	Nº das respostas	Total	%
<u>Público</u>	1,2,3,4,6,7,8,10,12,13,14,17,18,19,20,21,22,23,24,25,28,29,30,31,32,34,35,36,37,38,39,30, 41,42	34	85
<u>Privado</u>	4,5,26,27,33,34	6	15

TABELAS RESULTADO DAS PERGUNTAS SOBRE VIOLÊNCIA ESCOLAR

1 – Tu já sofreste ou presenciaste algum tipo de violência? Como tu reagiste? Tu terias a mesma reação hoje? Por quê?

Tipo de Violência	Total	%
Violência na Escola	25	46,3%
Violência à Escola	22	38,9%
Violência da Escola	8	14,8%

Tipos de violência	Total de respostas	%
Penal	0	0
Incivilidades	5	11,4
Entre os alunos	15	34
Patrimonial	2	4,5
Contra professores e funcionários	17	38,6
Da comunidade	2	4,5
Institucional	3	6,8

Tabela 1 – Tipos de violência

	Total de respostas	%
Dominante	17	39,5
Emergente	26	60,5

Tabela 2 – Os tipos de reação dos professores (emergente ou dominante)

	Total de respostas	%
Presenciou	24	48%
Sofreu	14	28%
Ambos	1	2%
Não respondeu	11	22%

Tabela 3 – Quantos professores sofreram/presenciaram violência

	Total de respostas	%
Emergente	13	26%
Dominante	32	64%
Dominante e Emergente	2	4%
NRA	3	6%

Tabela 4 – Se os professores reagiriam da mesma forma e por quê (emergente ou dominante)

2 – Como a escola lida com os casos de violência? Como tu vê essas ações?

	Total de respostas	%
Não lida, não tem planos.	8	16%
Controle por funcionários e conselhos de frequência.	6	12%
Casos isolados chamam os responsáveis para conversar.	7	14%
A direção conversa e chama os pais.	14	28%
A escola chama o conselho tutelar.	8	16%
Tem planos de prevenção.	3	6%
Suspensão e afastamento.	7	14%
Não explicou.	5	10%

Tabela 5 – Formas de lidar

	Total de respostas	%
Emergente	9	18%
Dominante	3	6%
Não respondeu	38	76%

Tabela 6 – Como o professor vê essas ações (emergente ou dominante)

3 – Como é a relação da escola com a comunidade? Existe algum plano conjunto entre escola e comunidade para tratar questões de violência? Como tu vê estas ações?

	Total de respostas	%
Existe	15	30%
Não existe	16	32%
Não sabe	2	4%
Não respondeu	6	12%

Tabela 7 – Relação com a comunidade

	Total de repostas	%
Conselho tutelar	3	6%
Projeto contra violência	6	12%
SOE	2	4%
Deca e Polícia	5	10%
Segurança/restringir acesso	5	10%

Tabela 8 – Existe ou não existe plano e que tipo (prevenção ou combate)

	Total de respostas	%
Dominante	22	44%
Emergente	27	54%

Tabela 9 – Como o professor vê as ações da escola junto a comunidade (emergente ou dominante)